

As Mulheres da CPLP

1. Análise do encontro de Salvador

A promoção das questões de gênero e ações em prol das mulheres não constam, até o momento, dos estatutos da CPLP. Reunidas em Salvador, em janeiro último, as participantes da I Conferência de Mulheres da CPLP, pediram a alteração desta situação.

No entanto, a questão de gênero está implicitamente presente em todos os objetivos da CPLP. Na realidade, os grandes objetivos da Comunidade Lusófona podem ser melhor atingidos, se inseridos em uma perspectiva de gênero. Basta lembrar que, quanto à política de cooperação para o desenvolvimento, os programas de erradicação da pobreza e de apoio ao desenvolvimento apresentam melhores resultados quando o público alvo são as mulheres, pois, cada vez mais, elas assumem o papel de chefes de família, são responsáveis pelo sustento do núcleo e pela promoção de melhores condições de vida para seu agregado familiar.

No campo político, as mulheres africanas têm reclamado, insistentemente, uma posição mais ativa nos processos de paz e na gestão pública, não querendo ficar alheias muito menos assistir à ocorrência ou continuação de conflitos. A participação política da mulher, quer nos cenários internos, quer nos foros internacionais, pode contribuir para uma nova abordagem dos temas políticos e, particularmente, no âmbito da CPLP, a experiência efetiva de mulheres na política de determinados países dos Palops pode servir de referência e exemplo para as mulheres brasileiras e portuguesas. Basta ver os números da representação na política e no governo das mulheres caboverdianas, por exemplo.

Com relação à promoção do idioma português, fica ainda mais patente o papel da mulher na transmissão da língua para as futuras gerações. Basta imaginarmos o impacto da expansão do uso do idioma entre as mulheres timorenses, que poderiam transferir, aos filhos, o uso do português como língua de comunicação, além de introduzir seu ensino básico, tarefa tradicionalmente exercida pelas mulheres. É de fundamental importância e oportuno focalizar o fortalecimento do ensino do português junto às mulheres, atitude essa que se refletiria na sua participação efetiva no cumprimento de um dos objetivos básicos da CPLP.

Com o encontro de Salvador, as mulheres da CPLP mostraram-se à altura de organizar um foro capaz de canalizar suas várias demandas junto aos governos dos sete. No próximo encontro dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, a realizar-se em julho, em Maputo, os participantes da Cimeira poderão comprometer-se com a promoção das questões de gênero no âmbito da CPLP, mediante, por exemplo, uma eventual destinação obrigatória de um percentual do fundo da Comunidade, ou a canalização de recursos por seu intermédio, para a promoção de políticas de gênero.

As mulheres podem inovar e contribuir para que a determinação dos líderes se concretize em ações de cooperação realizadas sob os auspícios da CPLP. Ao apoiar a formação de técnicos, a CPLP poderia destinar uma cota para as mulheres entre estes especialistas. Fazer com que a CPLP garanta a participação de mulheres em seminários promovidos pelos sete ou sua presença em ações culturais e empresariais seria uma forma de garantir a situação da mulher como público alvo.

Este é um compromisso com a inovação presente à Conferência de Salvador. A CPLP é um organismo jovem que pode estabelecer este compromisso, criando novas práticas no conjunto dos organismos internacionais. E a mobilização alcançada pelas mulheres da CPLP é uma forte indicação de que elas podem aproveitar os mecanismos disponibilizados pela organização para a promoção do desenvolvimento, pois os direitos humanos – aí incluídos os da mulher, serão melhor protegidos e respeitados em um ambiente onde haja menos pobreza e mais desenvolvimento.

A CPLP é uma organização voltada para a promoção da cooperação técnica, política e diplomática, com vistas à busca de melhor inserção internacional para seus países membros, sejam os mais pobres, sejam aqueles com os melhores indicadores sócio-econômicos. Desta forma, todos aqueles empenhados em tirar o melhor proveito da CPLP devem identificá-la como o canal apropriado para a expressão dos seus interesses.

Foi exatamente essa a atitude que tomaram as mulheres reunidas em Salvador. Agora, as mulheres de cada país membro estarão em seus países, junto aos seus respectivos governos, com o intuito de garantir, em primeiro lugar, uma representação significativa das mulheres na

próxima cimeira de Maputo. Lá, elas estarão defendendo que as propostas aprovadas em Salvador recebam a chancela dos governos e que, a partir de então, nenhuma ação dos sete seja concretizada sem levar em conta o compromisso dos governos de língua portuguesa com a promoção das questões de gênero.

Este é o grande desafio para uma organização ainda modesta, como a CPLP, mas que contará, todavia, com a capacidade de organização já demonstrada por suas mulheres para, em língua portuguesa, construir novos padrões de solidariedade internacional.

2. A situação da mulher em cada país e as respectivas políticas de gênero:

ANGOLA – Apesar de signatária de vários instrumentos institucionais relativos à questão de gênero e da existência, no país, de uma legislação discriminatória para os sexos, o país não possui mecanismos práticos e de fácil controle que permitam detectar, controlar e prevenir atos de discriminação entre os sexos, presentes numa sociedade com uma forte estrutura patriarcal, como a angolana. As relações de governo são caracterizadas pela desigualdade da mulher em relação ao homem, seja por diferenças na educação, formação, fraca promoção por parte dos órgãos de decisão e os costumes tradicionais. Esta discriminação torna mais difícil, para as mulheres, atingir o seu potencial em termos de sustento, e exercer o controle de suas próprias vidas. O predomínio dos homens nos setores formais da economia demonstra uma cultura patriarcal dominante – como o mostra a preponderância dos homens no topo das posições nos órgãos de decisão, enquanto as mulheres ocupam as posições médias e baixas nessa escala.

Angola iniciou, a partir de 1997, um trabalho efetivo de sensibilização da sociedade, tendo em conta o modelo de desenvolvimento do país e sua integração no processo de globalização. A promoção da mulher se refletiu em uma série de atividades de formação, sensibilidade e mobilização da sociedade, tais como a formação de pontos focais do Ministério da Família, a criação de ONGs, associações civis e religiosas; de comunicação social (rádio, televisão, jornais privados e estatais); sensibilização dos ministérios, parlamentares, assessores e setores do governo; ações de sensibilização em várias províncias do país e a promoção de debates e grupos de estudo nas escolas, bairros e comunidades. O objetivo destas ações é o de buscar o consenso e entendimento, nos vários estratos da sociedade angolana, para a integração das questões de gênero, na concepção e elaboração de políticas em setores da vida econômica e social do país, visando ao seu desenvolvimento equilibrado. Este esforço conjunto tem se mostrado positivo, já que, hoje, assiste-se a um grande interesse e preocupação da sociedade civil e do governo no aprofundamento dessa questão.

BRASIL – A Constituição de 1988 consagrou o princípio de igualdade entre os sexos. A legislação incorporou muitas das reivindicações dos movimentos das mulheres – com exceção do aborto, ainda clandestino e não atendido pela rede pública de saúde - e marcou a igualdade jurídica das mulheres, mas sua implementação ainda não se verificou na sociedade brasileira, em virtude da não implementação de leis ordinárias complementares, falta de fiscalização efetiva ou pela dificuldade de implementar uma batalha jurídica nos casos de discriminação. Algumas das reivindicações passam a ser incorporadas em programas de governo, como a criação do Conselho da Mulher em alguns estados, seguidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; a implantação, em algumas cidades, de Delegacias de defesa da mulher e algumas casas-abrigo para acolher mulheres vítimas de violência. Mas a situação atual ainda está longe da igualdade garantida por lei.

Alguns dados retratam essa situação de inferioridade: apesar de representarem 50,7% da população brasileira, as mulheres detêm apenas 25% da riqueza produzida no país; elas constituem a metade do eleitorado, mas representam menos de 10% dos parlamentares do Congresso Nacional; ganham salários 34% inferiores aos dos homens (dados de 1997); nas grandes empresas, menos de 5% dos cargos de presidência são ocupados por mulheres; a força de trabalho feminina cresceu 167% nos últimos 20 anos, mas a entrada da mulher no mercado de trabalho ainda reproduz, em grande medida, a divisão sexual dos papéis na sociedade: o nicho ocupacional das mulheres continua a ser o de cuidar das outras pessoas; a taxa de desemprego, entre as mulheres, é maior que a dos homens; a maioria das mulheres no mercado de trabalho desenvolve atividades informais e mais da metade trabalha em tempo parcial; a mortalidade materna, no Brasil, é das mais elevadas da América Latina – 200 óbitos maternos para cada 100 mil crianças nascidas (fruto do não atendimento dos direitos reprodutivos das mulheres). Quanto ao acesso à educação, não há diferenças de gênero e as mulheres apresentam melhores resultados escolares que os homens, como menores taxas de reprovação e exclusão. Mas esse avanço quantitativo não tem sido acompanhado por um maior avanço qualitativo na disputa de espaço no mercado de trabalho. Num caso de discriminação dentro da discriminação, as mulheres negras

ganhavam a metade do salário das mulheres brancas em 1990; essa discriminação se manifesta não só nos salários e acesso a cargos, mas também nos diversos graus de instrução, na ausência de imagem social na mídia, no acesso à riqueza e na utilização da imagem da mulher negra. As mulheres indígenas, porém, têm conseguido alguns avanços como propostas especiais de saúde e educação para suas populações, refletindo seus valores e culturas.

CABO VERDE – No plano jurídico-legal e em termos da legislação em vigor no país as mulheres e os homens são iguais em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural. O país aderiu a todas as iniciativas emanadas de diferentes fóruns internacionais sobre a eliminação de discriminação contra as mulheres, adotando políticas, estratégias, programas e legislação adequada de proteção à mulher, que contribuem para o equilíbrio das relações de gênero. Em 1994, criou-se o Instituto da Condição Feminina, várias organizações não-governamentais, associações de promoção da mulher e da família, centros de aconselhamento de jovens, centros rurais de promoção feminina, centros de informação e prestação de serviços de saúde, bem como vários planos e programas de proteção à mulher. Mas as relações de gênero não estão ainda suficientemente apreendidas e incorporadas nos diferentes setores, e vários são, ainda, os obstáculos que dificultam a plena igualdade entre o homem e a mulher, devido a discriminações sociais e econômicas, práticas culturais machistas, dependência econômica, cumplicidade silenciosa ou não das instituições públicas e políticas, a própria submissão da mulher e a violência contra a camada feminina, que sempre existiu na sociedade. O Plano de Ação Nacional para a promoção da mulher (1996-2000) definiu a educação, formação e emprego, saúde e direitos reprodutivos como as áreas prioritárias de intervenção do governo.

As mulheres representam 52,7% da população do país, sua expectativa de vida é maior que a dos homens mas elas são as mais afetadas pelo desemprego. No domínio da saúde, registra-se uma forte redução da taxa de fecundidade, a mortalidade materna evoluiu positivamente de 120 nascidos por 100 mil (1991) para 27,5% por 100 mil em 1997.

Na educação, a situação da mulher melhorou significativamente: tanto no ensino primário, quanto no secundário e universitário, há equilíbrio de gênero no acesso às escolas. Mas as taxas de analfabetismo ainda são bem maiores entre as mulheres (que representam 63,3% dos iletrados, enquanto os homens formam apenas 36,6% deste contingente). Em matéria de emprego e trabalho as igualdades de oportunidades são mais escassas para as mulheres, tendo em conta sua fraca capacitação profissional e seu nível de instrução. A mulher caboverdiana tem maior presença no setor público que no privado: as mulheres representam 54% do total dos funcionários públicos; 45% dos técnicos; 27% do pessoal dirigente; 22% do quadro diplomático e 23,2% dos magistrados. No setor informal da economia a mulher representa de 80% a 90% dos trabalhadores, sendo muito ativas no comércio de produtos agropecuários, pescados, confecção de produtos alimentares e artesanato. A presença feminina vem se manifestando em várias esferas de decisão, mas com representatividade reduzida, tendo em conta o fato de serem a parte majoritária da população. Atualmente a mulher representa 11,1 dos deputados nacionais, 25% dos membros do governo e 20% dos conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça. São mulheres a vice-presidente da Assembleia Nacional e a presidente do Tribunal de Contas.

GUINÉ-BISSAU – A mulher guineense constitui 51,7% da população do país. Em 1990, criou-se o Ministério da Promoção Feminina, integrando-se a ele, dois anos depois, os Assuntos Sociais. Surgem em seguida as ONGs, desenvolvendo ações de formação e apoio às associações de mulheres, levando a cabo projetos que considerem o conceito gênero. Outras estruturas, como a Rede Mulher e Desenvolvimento, a Célula Gênero e o recém-criado Instituto da Promoção da Mulher, Combate à Pobreza e Reinserção Social, são tentativas institucionais para impor mecanismos realistas de promoção do desenvolvimento da mulher que, entretanto, confrontam-se geralmente com dificuldades em matéria de capacidade de execução de ações. Para além destes problemas, a maioria das mulheres (mais de 75%) vive nas comunidades rurais, com níveis bastante fracos de instrução e formação (taxa de analfabetismo situada entre 85-90%), sujeitas a uma falta quase total de autonomia no que diz respeito ao controle de sua própria vida e do seu corpo, devido a fatores sociais, econômicos, culturais, jurídicos e políticos.

De maneira geral, mesmo levando-se em conta os diferentes grupos religiosos (islâmico, animista e cristão), a mulher guineense vive sob a tutela vitalícia do pai, irmão, tutor e marido, que têm o poder de decisão (escolha do marido e idade do casamento) e de representação (decisão sobre aspectos fundamentais da vida da mulher); ela está sujeita à repartição desigual da herança (a terra é atribuída aos homens); seu trabalho é considerado um complemento aos recursos da família, apesar de uma jornada de 12 a 15 horas (a maior valorização é para o trabalho do homem); o marido tem maior decisão

sobre os filhos (incluindo a escolaridade); deslocamentos e comunicação com e fora da comunidade de habitação só podem ser feitos com a autorização do tutor. Os homens controlam os recursos da família (a mulher tem de consultá-lo para pedir autorização para seu uso) e a mulher não possui economia própria. A praça pública, onde se opina, se discute e se decide sobre a vida comunitária é lugar exclusivo do homem. Cabe ao homem decidir sobre a idade da consumação do casamento, aleitamento, planejamento familiar, a excisão, etc.

Mesmo assim, verificam-se avanços e são criados espaços para reflexão quanto à excisão feminina nas comunidades islâmicas (principal religião): cada vez menos as mães aceitam que as filhas sejam excisadas, prática hoje energeticamente combatida pelas mulheres em favor da sua integridade física e saúde. Estudiosos do Corão indicam que a prática não é assinalada como preceito da religião islâmica, mas enquadra-se apenas nos usos e costumes.

A escolarização das meninas ainda é bastante fraca nas diferentes comunidades, e se deve ao receio de mudança de comportamento que se traduz pela recusa, por parte das jovens, do casamento negociado pelos familiares masculinos e da introdução de uma nova maneira de vida, incompatível com as normas sociais das comunidades de origem (como considerar a igualdade de direitos entre homens e mulheres). Apesar deste quadro, as mulheres têm participado na vida política do país como deputadas da Assembleia Nacional Popular (7,8%), membros do governo, dos partidos políticos, sindicatos e ONGs, e do poder judiciário (20% dos advogados e 5% de juízas). Assiste-se, na Guiné-Bissau, a uma revolução cultural que pressupõe uma mudança de mentalidade, visando à libertação das mulheres de todas as formas das sociedades a que estão sujeitas, sobretudo àquelas ligadas à tradição e aos usos e costumes. Mas o conceito gênero ainda está por ser verdadeiramente abordado no país.

MOÇAMBIQUE – A Constituição moçambicana consagra direitos e deveres iguais para homens e mulheres e várias medidas têm sido tomadas para garantir e implementar a emancipação da mulher e a igualdade de direitos. O país é signatário da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. As mulheres constituem 53% da população, com cerca de 77% das mulheres vivendo em áreas rurais. A situação da mulher se caracteriza por grandes dificuldades relacionadas com uma alta taxa de analfabetismo, saúde precária, sobrecarga de trabalho e uma diminuta participação nos órgãos decisórios.

A situação da mulher é largamente influenciada por aspectos de natureza sócio-cultural, com dois sistemas de parentesco familiar: o patrilinear, ao sul e no centro do país, e o matrilinear, nas províncias do norte e ao norte do rio Zambeze. Apesar dessa diferença, em ambos os casos a subordinação da mulher em relação ao homem é uma realidade, pois a estrutura da sociedade tradicional reforça essas relações na tomada de decisões importantes com respeito à comunidade, à terra e aos bens. A mulher é educada para servir ao homem, o que dificulta sua formação acadêmica, seu acesso aos meios de produção e a aplicação dos rendimentos do seu trabalho para a melhoria de suas condições de vida. As mulheres continuam a sofrer discriminação e a viver em condições difíceis: é sobre elas que a pobreza mais incide. Em Moçambique, 22% dos agregados familiares são chefiados por mulheres; essas chefes de família são menos alfabetizadas, têm grandes dificuldades no acesso ao crédito e ao emprego formal remunerado, e têm menos possibilidades de trabalhar fora da agricultura. Sua pobreza se deve à falta de acesso ao controle da terra e dos meios de produção: a mulher se dedica à cultura de subsistência, enquanto o homem envolve-se com culturas mais rentáveis.

No campo da educação, as mulheres continuam a ser discriminadas, com menos oportunidades e maiores índices de desistência escolar. À medida que se avança para os níveis superiores de ensino, a presença feminina é cada vez menor. As precárias condições de vida, o acesso inadequado aos serviços de saúde e a fraca intervenção da medicina preventiva contribuem para os elevados índices de mortalidade e a grave proliferação de doenças entre as mulheres. Criou-se um grupo de instituições chamado "Todos contra a violência", com vista à eliminação da violência contra a mulher e o abuso sexual de menores, proporcionando atendimento às vítimas, aconselhamento legal, médico e psicossocial, além de pesquisar o problema.

A participação da mulher nas instituições políticas, jurídicas e governamentais é mínima. Ainda existem muitas práticas, procedimentos e normas administrativas que perpetuam a discriminação de gênero, como a propriedade, a herança, direitos e deveres matrimoniais, direitos de parentesco, etc. Ainda há um longo caminho a percorrer, devido às limitações de acesso às oportunidades, que colocam a mulher em situação de desigualdade, originadas pelas próprias tradições culturais, pela sobrecarga de trabalho e pelas desigualdades das relações de gênero.

PORTUGAL – Desde abril de 74, há igualdade entre mulheres e homens no sistema jurídico português. A Constituição da República proíbe discriminação com base no sexo e houve alterações profundas no sistema jurídico (direito de família, trabalho e sucessões). As mulheres ascenderam a profissões que até então lhes eram vedadas: magistratura e diplomacia. Desapareceu da lei a figura de chefe de família: pai e mãe gozam dos mesmos direitos e deveres com relação aos filhos; desapareceu a figura do filho ilegítimo, que tinha conseqüências sociais e sucessivas. A mulher passou a poder transpor fronteira sem a autorização do marido; o marido deixa de ter o direito de abrir a correspondência da mulher e não pode mais rescindir os contratos de trabalho celebrados pela mulher. Atualmente, a taxa de participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho, por tempo integral, é das mais elevadas da Europa. Há legislação específica de proteção à maternidade e à paternidade e de não discriminação no trabalho e emprego. O mecanismo para a igualdade, em Portugal, foi reformulado e há um ministério para a Igualdade que integra a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, que dispõe de um conselho consultivo composto por ONGs de mulheres.

Apesar deste quadro, a violência doméstica e o tráfico de mulheres são problemas preocupantes, tendo havido um esforço no sentido de informação, sensibilização e apoio social e jurídico às vítimas. Ainda existe grande disparidade na participação política, com apenas 18% de mulheres entre os deputados. Os salários das mulheres representam 75% dos ganhos masculinos e são elas que auferem as menores pensões de reforma. Os maiores índices de analfabetismo também são verificados entre as mulheres, embora haja um crescente aumento da participação feminina na população universitária. Mas as jovens licenciadas continuam a enfrentar dificuldades na inserção profissional, em virtude dos estereótipos culturais relativos à maternidade.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – As relações de gênero no país são condicionados pelos valores que se têm perpetuado ao longo dos tempos, refletidos por uma mentalidade que veicula práticas e atitudes remetendo a mulher para um papel secundário, apesar do grande dinamismo que tem caracterizado a vida feminina nos últimos tempos. Alguns desses valores conduzem à discriminação da mulher e são aceitos por toda a sociedade, estando profundamente enraizados na família, célula base da sociedade, e multiplicados pela própria mulher, a primeira e principal educadora. Na distribuição dos papéis sociais, a mulher é remetida para a cozinha, para a educação das crianças e para servir o marido que, embora não mais pagando o dote, preserva reminiscências vivas do tempo em que pagava aos pais algo pela virgindade da filha. Esta mentalidade continua a ser mantida e legitimada pelo folclore (carnaval), literatura oral e tradicional, a música e o teatro popular, além dos meios de comunicação social.

A atual crise nas instituições familiares tradicionais leva a que a transmissão de valores éticos, morais, culturais - no passado de responsabilidade das mulheres idosas - também esteja comprometida. A chave do problema se encontra na educação, que poderá levar a mulher a tomar consciência das implicações do seu comportamento para toda a comunidade. O governo são-tomense considera a saúde e a educação como prioritários no programa de luta contra a pobreza, sendo as mulheres consideradas um dos grupos-alvo mais importantes, pois 35% dos agregados familiares são chefiados por mulheres, que assumem a responsabilidade pela educação dos filhos e pessoas idosas a seu encargo (85% dessas mulheres não dispõem de nenhum rendimento).

Em São Tomé e Príncipe as mulheres constituem um dos grupos mais dinâmicos na participação em atividades econômicas e comerciais. Com o difícil acesso ao mercado de trabalho, a mulher são-tomense exerce as atividades informais (comércio informal, agricultura, avicultura, transformação alimentar e confecções e bordados). É rara a mulher funcionária, quadro técnico ou docente que não se dedique a uma outra atividade geradora de receitas. Na administração pública, 60% dos trabalhadores são mulheres. Não há linhas de crédito bonificadas para as mulheres, há um excesso de burocracia para a criação de novas empresas, há falta de apoio do setor público, os juros são altos, não há incentivos fiscais nem orientação para as mulheres. E a mulher ainda enfrenta uma série de dificuldades e falta de apoio para sua integração plena, sem discriminação, baseada na igualdade.

TIMOR LORO SAE – Antes da invasão e ocupação indonésia do Timor Leste, em 1975, as mulheres tinham um papel secundário ou quase nulo na sociedade timorense. As tarefas das mulheres confinavam-se às lides domésticas, cultivo, colheita e venda dos produtos agrícolas nos mercados das vilas. O acesso à educação era restrito, pois o papel da mulher era servir ao marido e aos filhos. A mulher era vista como objeto de reprodução. Os pais não permitiam às filhas um grau de instrução mais elevado, pois sua função seria a mesma das avós e das mães após o matrimônio – a de doméstica. Não houve vontade política para uma campanha de alfabetização capaz de mudar esta atitude e para implementar uma ação educacional eficiente e eficaz. Após a invasão, a mulher timorense tornou-se o

pilar da família, com as mortes ou as fugas dos maridos na Resistência, Passando a sustentar e educar os filhos, cuidar da lavoura, do pequeno comércio, da educação, do trabalho na administração pública, e também contribuindo com a rede clandestina no fornecimento de alimentos, medicamentos e informações, sem esquecer as que optaram pela fuga, para o mato ou para o exterior, incorporando-se na resistência e aderindo à Organização Popular Mulher do Timor.

Durante esse período a mulher foi uma das principais vítimas da ocupação genocida, alvo de muitas violações aos direitos mais elementares do homem, consagrados pelas Nações Unidas. A paz que se assiste atualmente no país ainda é bastante frágil, e o Conselho Nacional de Resistência Timorense tem como uma das prioridades a educação. Com essa política, a mulher timorense poderá desenvolver mais cabalmente seu potencial, de modo a garantir a sua participação plena e igual na construção do país, valorizando seu papel no processo de desenvolvimento. Timor deve vir a fazer parte da CPLP como membro efetivo.

Grupo de Trabalho I

Grupo I

Ana Maria Carreira

1. Ana Maria Braga Cruz
2. Ana Liese Thurler
3. Heloisa Alves Martins
4. Eliane Potiguara
5. Julieta Mendes
6. Maria Helena Ramos Belo
7. Lorena Mangane
8. Vitória Charre
9. Maria Conceição L. Fontoura
10. Alayde Diaz
11. Alzira C. SILVA
12. Diva Moreira
13. Elza Correia
14. Thelma Awori
15. Liv Suvuk
16. Carmen Araújo
17. Leonilda Aimé Reis
18. Sandra Silveira
19. Zelia Amador
20. Danielli Jatobá

Relatório do Grupo I

A feminização da pobreza e os modelos de desenvolvimento nos países da CPLP

Introdutora: Ana Maria Braga Cruz (Portugal)

Coordenadora: Lorena Matias Mangane (Moçambique)

Reladoras: Diva Moreira (Brasil)

Carmen Araújo (Timor)

Zélia Amador (Brasil)

Ana Maria Cruz, de Portugal, trabalha na comissão pelos Direitos da Mulher, do Ministério da Igualdade.

É jurista e como tal, utiliza citações.

Começa falando sobre a carta de Pero Vaz de Caminha. Acha que ela é inspiradora quanto à questão do desenvolvimento, constata:

1º as diferenças (descreve os índios);

2º a realidade e como nela poderiam atuar;

3º a falta de liberdade; não deveriam tomar a população pela força;

4º necessidade de salvar esta gente; perspectiva que ela critica.

O banco mundial declara que a política mais eficaz para entrar no desenvolvimento é a educação que tem vários impactos no desenvolvimento.

No relatório de desenvolvimento, as desigualdades mais frequentes são entre os sexos.

Conferência do Rio – retoma isto.

Conferência de Pequim – sublinhou a necessidade de integrar a perspectiva de gênero na vida pública e privada.

Para ela este passo de fundo do desenvolvimento.

As políticas têm que ser transversais com propostas de ações positivas especiais para as mulheres, na educação, no emprego, no desenvolvimento social em todas as áreas em que as mulheres são discriminadas.

Em Portugal as mulheres ganham menos de 25% do que ganham os homens. As mulheres têm menos acesso à educação, apesar da constituição portuguesa prescrever igualdade de oportunidades.

Nos planos de desenvolvimento há que se introduzir medidas de ações positivas.

Na discussão dos modelos de desenvolvimento temos que ouvir as populações, suas necessidades, para promover efetiva igualdade.

O que é mais importante: estrada ou saneamento básico?

Promover a formação profissional para que as mulheres possam ter acesso a profissões melhor remuneradas. Os cursos devem se adequar às necessidades das mulheres; proximidade da casa, por exemplo.

Criar empregos e ao mesmo tempo pensar em apoio para os filhos e os idosos.

A questão do trabalho doméstico recai sobretudo na mulher, principalmente, no caso dos idosos. Inversão da pirâmide demográfica no país, no caso de Portugal.

Os modelos devem adequar-se aos contextos cultural e local.

Se as mulheres não estiverem nos centros de decisões, os modelos de desenvolvimento continuarão sem o seu olhar. Daí a necessidade de participação política das mulheres.

Desenvolvimento e trabalhar com as pessoas. Nos anos 60 um país era desenvolvido em relação ao produto interno bruto. Hoje o conceito de desenvolvimento mudou. Temos que recuperar o conteúdo humanístico do desenvolvimento. Temos que ajudar as pessoas a serem pessoas e a não perder de vista a dignidade de pessoa humana.

Debata

Elza Correia – Brasil - Nosso desenvolvimento econômico brasileiro ainda está impregnado de paternalismo. Modelo, hoje, neoliberal, excludente, que promove a desigualdade, não respeitando o ser humano como agente participativo do desenvolvimento.

Estamos comprometidos com o FMI que dita regras, não temos independência no processo de desenvolvimento econômico e social. Somos 40% da PEA (População Econômica Ativa) e recebemos um salário que é a metade do valor do salário dos homens. Na zona rural cai para 12%.

Há necessidade de maior participação e mais efetividade das mulheres no poder.

Diva Moreira – Brasil - Particularmente, no Brasil a feminização da pobreza não pode perder de vista a perspectiva de gênero e raça.

Espera que o documento resultante dos trabalhos enfatize a questão do modelo neoliberal imposto aos países da CPLP.

Eliane Potiguara – Brasil - Participou do processo constituinte do país. Reforça a questão racial no que diz respeito à especificidade indígena nas áreas de educação, saúde, outras áreas.

Ana Liesi – Brasil - Reiteramos a concepção de desenvolvimento incorporada à Declaração de Viena e aprovado pela Conferência dos Direitos Humanos, em 1994 que estabelece um vínculo indissolúvel entre desenvolvimento, democracia e promoção dos Direitos Humanos.

Entendemos que os Direitos Humanos almejam não só os direitos individuais (direitos civis e políticos), mas também os direitos coletivos (direitos econômicos, sociais e culturais).

A democracia representativa que temos, revela-se absolutamente unificante, desde o ponto de vista de gênero.

Instrumentos Internacionais :

Conferência Mundial dos Direitos Humanos - 94

Conferência Mundial da Mulher - 95

Conferência Mundial de Desenvolvimento Social - 95

Copenhague

Ana Carreira – Angola - Não estamos tão subordinados ao FMI. No caso de Angola estamos em guerra, mas a feminização da pobreza é um fato. A população feminina é majoritária em Angola e está marginalizada, tem menos formação, trabalha muito, pois tem que conciliar o trabalho com as tarefas domésticas.

Temos uma legislação avançada, mas a realidade é outra.

Nos cargos públicos o salário é igual mas é difícil a promoção e o acesso a eles.

No caso de raça não há problema como no Brasil.

Maria da Conceição - Brasil - Tem a discordar da companheira que a precedeu, no que diz respeito à crueldade das políticas neoliberais e à subordinação ao FMI.

Discorda porque pelo que se lê, abate-se sobre o continente africano uma tentativa de excluí-lo do mapa do mundo. Tem certeza de que os países mais ricos e o FMI falam por eles Angolanos, que o continente Africano é descartável. Como afro-descendente, queremos ver o continente de onde viemos, respeitado.

Sra. Antônia - Moçambique - Apoiar a idéia de Angola relativa à questão de pobreza absoluta é dizer da pobreza nas camadas femininas, assim como a discriminação das mulheres devido ao analfabetismo.

A escolarização é muito baixa em relação aso homens.

O país tem levado programas de escolarização das mulheres, sobretudo das jovens.

Zélia - Brasil - Devemos levar em conta as políticas de ações afirmativas que incluam gênero e raça e devemos lutar por elas e estabelecer metas: medidas de ação positivas para que se alcance um patamar de igualdade, para minorar a questão da pobreza absoluta. Considero que mesmo na África, as mulheres negras devem ser mais pobres do que as mulheres não negras.

Daí a necessidade de estabelecer metas e vários tipos de políticas para alcançarmos patamares elevados de igualdade.

Silvia Cerqueira - Advogada. A feminização da pobreza já foi identificada sobejamente. Penso que deveríamos implementar ações afirmativas. Quem foi a Pequim achou que, sairia dali como multiplicadora.

Temos que buscar a nossa cidadania a partir de nossas diferenças. Temos que buscar os órgãos governamentais para que possamos implementar o que discutimos em Viena e em Pequim.

Alzira - Entre as mulheres alcançamos um nível de igualdade com os homens. Alcançamos alguns direitos. Temos direitos iguais como o código da família. Em razão do machismo precisaremos de mais unidade entre as mulheres.

Alcançamos muitas vitórias. São 220 deputados e 37 mulheres. Embora haja poucas mulheres nos ministérios, elas já aparecem.

Estamos em guerra desde 61 e nem todas as mulheres têm acesso à educação por causa da guerra em algumas províncias.

O problema não é ter salário desigual mas dificuldade de acesso aos cargos.

Não sentimos o racismo. Estamos trabalhando com gênero; os homens não ajudam, pois o machismo é muito forte. Quando as mulheres ganham mais que os homens, começam a ser maltratadas por eles.

Alda Vera Cruz - São Tomé e Príncipe - O problema orçamentário, a lei e o racismo.

A lei preconiza a igualdade de todos mas na prática a igualdade não acontece.

Não existe racismo porque o país ficou praticamente com os negros quando os portugueses saíram.

Temos pobreza agudizada, a economia do país está fundada na monocultura do cacau.

Alto índice de analfabetismo. Devemos educar as mulheres para combater a pobreza.

Maria de Fátima - Moçambique - Sobre a feminização da pobreza no país. Esta questão está sendo considerada nas políticas de desenvolvimento. As mulheres estão buscando espaço nessa política.

O país tem metas de participação das mulheres. A meta de participação das mulheres no parlamento é 30% para uma perspectiva de 50%. No governo atual tem 3 ministérios chefiados por mulheres: finanças, educação e pasta da Mulher.

Lutam pela implementação de políticas de discriminação positiva para garantir a participação das mulheres nos programas de desenvolvimento.

Várias organizações nasceram para apoiar a integração das mulheres.

Às vezes a mulher quando sobe não ajudam a si mesmas e começam a pensar como homens. Temos que nos ajudar e nos dar as mãos.

Wânia Sant'Ana - O que se conseguiu concluir em Pequim é sumamente importante. Temos que viver um processo de mudança radical. Só uma decisiva mudança pode modificar a vida das mulheres.

Em 95, quando negociávamos pontos para a plataforma de Pequim dizíamos que as desigualdades de gênero são tão importantes como também raça para nós, negros da diáspora. Portanto devemos reforçar o acordo de Pequim de manutenção dos termos raça e etnia, assim como o combate às políticas de ajuste estrutural.

Alaide Diaz - Cabo Verde - Tenho certeza de que sairemos deste fórum mais engajadas e comprometidas com o processo de desenvolvimento em nossos países

Em Cabo Verde as opções de desenvolvimento incluem as mulheres e a família nos objetivos dos Direitos Humanos.

Economia baseada na prestação de serviços. Taxa desemprego muito elevadas

Ser mulher em Cabo Verde significa ser mais pobre. Em Cabo Verde, as estatísticas indicam que 42% das famílias são chefiadas por mulheres. Desse percentual 33% dessas famílias chefiadas por mulheres são pobres, contra 28% das famílias pobres chefiadas por homens. O governo e o país estão fazendo esforços para a erradicação da pobreza em parceria com as ONG's.

Para a erradicação da pobreza há de se fazer investimentos para a alfabetização das mulheres.

Lenilda - Guiné-Bissau - Assessora do Ministro das Relações Exteriores. Na Guiné-Bissau a questão da feminização da pobreza não é diferente dos outros países da CPLP. A imposição da política de ajuste

estrutural conduziu à redução dos investimentos sociais. Hoje morrem mais mulheres de parto e houve grande aumento dos índices da mortalidade infantil e de desemprego.

A feminização da pobreza tem a ver também com aspectos culturais; as mulheres ficam presas nas famílias; no âmbito privado.

Outro aspecto de feminização da pobreza é o quadro institucional pouco favorável; menos mulheres no parlamento. Houve regressão. Antes havia 20% de parlamentares na assembléia geral popular. Hoje o número caiu, mas elas são mais escolarizadas e mais atuantes.

Guiné-Bissau está num ponto geopolítico de conflito: Serra Leoa, Cote D'Ivoire, Libéria e a própria Guiné-Bissau. No país há mais ou menos 20 comunidades étnicas que estão a reclamar sua identidade cultural e a sua autonomia. A questão de etnicidade é extremamente importante.

Mas temos que ter cuidado para que estas questões não gerem conflitos.

Temos que pensar em uma moção que enfatize a paz, o espírito e cultura da paz.

Ana Liesi – Estamos falando em pobreza mas na verdade estamos nos deparando com a miséria. Sugere que se insira o documento no marco dos processos que estamos vivendo, para que ele não fique pontual.

Em dezembro de 98 comemoramos a Declaração dos Direitos Humanos. Na verdade o Brasil tem um projeto de Direitos Humanos mas ele só reconhece os direitos civis e políticos e não os direitos econômicos e sociais.

A pobreza é uma questão de Direitos Humanos se trouxermos à tona o que foi discutido em Viena, que os direitos econômicos e sociais são também Direitos Humanos. Temos que trazer à tona de novo o Pacto dos Direitos Sociais e Econômicos.

Elza - no mesmo documento deve se falar que não precisamos de diagnósticos, mas que ações sejam realizadas em consonância com os documentos (acordos, convenção...) que foram assinados pelos Governos.

Ana Maria Cruz – Portugal – A pobreza tem rosto feminino. Em Portugal a maioria das pessoas com rendimento mínimo são mulheres. O destino desses rendimentos voltam-se para a família e para as suas crianças, o que não acontece com os homens que também recebem o rendimento mínimo.

Em Portugal tem um Alto Comissariado sobre as questões de racismo e um Conselho dos Direitos das Mulheres.

Resgatar Pequim no mesmo documento. O protocolo adicional que foi assinado ano passado em Nova Iorque (nem todos os países assinaram) e é importante que as mulheres lutem para que os seus países assinem esse documento.

Leis de Igualdade nós temos em Portugal mas isto não basta para alterar as mentalidades. Devemos assumir a discriminação e assumir a solidariedade para alterar esse caminho.

A feminização da pobreza e os modelos de desenvolvimento dos países da CPLP

Ações propostas:

1. Ouvir as comunidades na elaboração dos modelos de desenvolvimento dos países de CPLP;
2. Os modelos de desenvolvimentos devem ser adequados aos contextos locais e culturais;
3. Recuperar o conteúdo holístico/humanístico do desenvolvimento;
4. Não perder de vista a perspectiva raça/etnia na questão de feminização da pobreza;
5. Dar continuidade às políticas afirmativas de gênero e raça para alcançar patamar de igualdade;
6. Acordos de combate aos modelos neoliberais impostos pelo FMI e outras instituições internacionais;
7. Reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais das mulheres indígenas, perpassando os campos de saúde, educação, trabalho;
8. Investir na educação das mulheres e jovens;
9. Trabalhar na questão de etnicidade dos povos, cuidadosamente para não gerar possíveis conflitos;
10. Criar mecanismos de denúncia e pressão para que os governos respeitem os Direitos Humanos.
11. Inserir a perspectiva "Gênero" em todas as esferas de desenvolvimento sustentável da sociedade.
12. Aprovar uma moção pela cultura da paz.

Grupo de Trabalho II

Grupo II

1. Silvínia Tavares
2. Ana Maria Amado Torres
3. Maria A. Figueiredo
4. Cídia Monteiro
5. Jovelina Goma
6. Rachel Moreno
7. Graça Vasconcelos
8. Maria de Fátima B. Alub
9. Josefina Chantre

Relatório do Grupo II

A Participação das Mulheres nas Atividades Econômicas dos Países-Membros da CPLP

Semelhanças e dificuldades comuns, estágios distintos de um caminho similar trilhado rumo à efetiva inserção e paridade das mulheres em todos os escalões do mercado de trabalho – as representantes das diversas delegações teceram um mosaico no qual se tenta identificar a origem dos problemas, as soluções tentadas e as resistências ao avanço.

A educação, mais deficitária entre as mulheres dos países africanos presentes, dificulta, inviabiliza ou limita as suas alternativas de acesso à formação e ao desempenho profissional. Esforços vêm sendo envidados no sentido de diminuir rapidamente as suas taxas de analfabetismo, seguidos de formação profissional, nesses países.

A questão está em outro patamar, no Brasil e em Portugal. O acesso das mulheres à instrução tem se equiparado, e por vezes superado o dos homens, resguardadas, no Brasil, as diferenças regionais e étnicas, sem que isto porém se reflita nos dois países, em termos de acesso ao poder de decisão, ou de igual remuneração.

A sua inserção no mercado de trabalho se dá em nichos ocupacionais específicos, com grande concentração no setor informal – sem proteção e direitos trabalhistas/laborais, de um modo geral, e fora das estatísticas, no caso dos países africanos de língua portuguesa.

Carreiras anteriormente reservadas aos homens, em Portugal, já são igual ou majoritariamente ocupadas por mulheres. No Brasil, apresentam-se aspectos presentes nos dois extremos – concentração no trabalho informal e inserção quantitativa, embora não qualitativa em termos do mercado de trabalho, em prejuízo das mulheres e, novamente, com prejuízo ainda maior da população negra e das condições de vida e trabalho das populações indígenas.

A pobreza caracteriza a situação das mulheres nos nossos países, o que vem sendo agravado pelos efeitos da globalização onde ela avança mais. Ela se origina, sobrepõe-se e soma-se ao analfabetismo e baixo nível de formação profissional e dificulta a inserção da mulher no mercado de trabalho. Não poderá ser erradicada sem que se enfoque a mulher como objeto prioritário de ação, fato ainda acentuado pela importância crescente que assume enquanto chefe de família.

Os conflitos armados (dois dos países membros estão saindo da guerra e um está há mais de 30 anos nela), a fragilidade da paz, as calamidades naturais e sua não prevenção são outros fatores agravantes da situação vivida pelas mulheres.

A legislação

A Constituição, em todos os países considerados, garante a igualdade de gênero. Mas nem sempre é acompanhada pela legislação e costumes, que se sobrepõem com a força da tradição cultural que ainda vigora de fato.

Outras formas de estrangulamento também se fazem sentir, dificultando ainda mais o acesso e a inserção paritária ao mercado de trabalho a segmentos importantes da população, como no caso da discriminação racial que se faz sentir no Brasil, de forma comprovada nas estatísticas e realidade vivida, embora incompatíveis com o discurso ou legislação.

É de se salientar ainda o trabalho invisível exercido pelas mulheres, entre os quais se inserem o trabalho de agricultura para subsistência familiar, nos países da África, e o comércio informal e o trabalho doméstico, em todos os países membros da CPLP.

Propostas

Enfatizou-se as seguintes propostas, visando avançar na direção da efetiva paridade no trabalho:

Livre circulação de pessoas a nível dos países da CPLP, com a supressão da necessidade de vistos para a circulação.

Fazer pressão para instituir a língua portuguesa nos foruns internacionais, facilitando as relações não só diplomáticas, mas também comerciais entre os países da CPLP, e do mundo.

Articulação de parcerias entre os países da CPLP de forma a favorecê-los enquanto parceiros na área de comércio.

subsídio de créditos a juros simbólicos para as mulheres, de forma a facilitar a sua inserção no mercado de trabalho.

Necessidade de ênfase na formação e garantia de mecanismos que facilitem a implementação de medidas que favoreçam a participação paritária das mulheres.

A CPLP recomenda-se :

Criar uma base de dados concernentes aos países da CPLP, enfocando as mulheres, a política de gênero, a potencialização de programas de cooperação, com grande participação feminina.

Reiterar o objetivo explicitado no texto de conclusão da reunião preparatória, referente à de um Fórum, com a função de:

-Integrar as questões de gênero às políticas e mecanismos da CPLP.

-Institucionalizar a participação plena das mulheres da CPLP.

-Definir uma agenda comum.

-Instituir mecanismos de cooperação entre as estruturas governamentais e as organizações de mulheres da sociedade civil dos países da CPLP.

Participaram do grupo:

Joveline D. Goma – Coordenadora

Ana Maria Torres – Introdutora

Maria Auxiliadora Figueiredo – Relatora

Raquel Moreno – Relatora de Apoio

Josefina Chantre – Cabo Verde

Cídia Monteiro – Moçambique

Fátima Alves – Cabo Verde

Silvina da Silva Tavares – Guiné-Biçsau

Graça Vasconcelos – Portugal

Relatora pelo grupo: Rachel Moreno

Grupo de Trabalho III

Grupo III

1. Givania Maria da Silva
2. Maria Auxiliadora Lopes
3. Irene Vida Gala
4. Julieta Mendes
5. Maria de Lourdes Dias
6. Tânia Maria G. Palma
7. Silvina da S. Tavares
8. Margarida Ulisavo
9. Cândida Narciso
10. Basiliana Hopffen S. Tavares
11. Maria Fernanda Pontífice de Jesus Bonfim
12. Ubiraci Catildes de Jesus
13. Dinalva Maria Bispo
14. Abgail Paschoa
15. Wanda Chase
16. Terezinha Maria Barros Santos
17. Terezinha da Silva
18. Maria Margareth Rodrigues

Relatório do Grupo III

"As condições de acesso à saúde e à educação nos países membros da CPLP" Propostas

Educação

- Políticas de recursos humanos voltadas para gêneros e raças;
- Distribuição de uma maior parte do orçamento para implantação de programas para mulheres (dando ênfase à construção e reabilitação de estruturas físicas das escolas);
- Mudança no currículo escolar, introduzindo propostas pedagógicas de fortalecimento da identidade cultural;
- Campanha de combate ao analfabetismo;
- Alargamento do número de escolas públicas de qualidade;
- Profissionalização para as mulheres;
- Combate à privatização do ensino nos países da CPLP.

As condições de acesso à saúde e à educação nos países membros da CPLP

Os trabalhos foram coordenados pela representante da Guiné-Bissau, Basiliana Tavares que após uma breve intervenção sobre a metodologia, passou a palavra à introdutora do tema, Dra. Ana Maria Morais, representante de Cabo Verde, que na sua comunicação ressaltou os seguintes aspectos:

Diagnóstico:

- A educação como processo primordial para um desenvolvimento harmonioso da sociedade;
- Necessidade de reforço de programas educativos;
- Introdução e alargamento de programas de cantinas escolares, bem como a distribuição de bolsas para crianças do interior com poucos recursos;
- Implementação de programas de ensino à distância e pela televisão;
- Alargamento de programas de alfabetização;
- Melhoria e reforço de programas de apoio à mulher – PNI e prevenção contra a sida e DST;
- Constrangimentos de índole cultural na relação de gênero;
- Saúde sexual e reprodutiva (tendência de controle por parte do homem).

Moçambique

- Necessidade de análise da situação e gênero; porquanto não se pode excluir o homem desse processo;
- Programação de formação para raparigas;
- Alteração do currículo de ensino; (formação do professor, face ao estereótipo – rapaz/menina).

Cabo Verde

Constatações:

- Elevado nível de analfabetismo, chegando a 63,3% da população feminina, na faixa etária de 30 a 65 anos de idade, contra 63,3% de homens;
- Dificuldade por parte de 65,9% de mulheres frequentarem cursos;
- Ausência de políticas públicas de saúde (programa de prevenção);
- Grande índice de hospitais fechados;
- Alto índice de mortalidade materna;
- Escassez de transporte que dificulta tratamento de saúde;
- Falta de auto-estima na camada feminina.

Saúde

- Retorno da plataforma de Beijing no que diz respeito às políticas de saúde da mulher;
- Distribuição de parte maior do orçamento para a implantação de programas e políticas públicas de saúde para as mulheres;
- Campanha, nos diferentes países de língua portuguesa contra a privatização da saúde;
- Maior investimento nas pesquisas e tecnologias;
- Implantação de política eficaz da preservação da previdência social;
- Não institucionalização dos movimentos de saúde em defesa dos direitos da saúde da mulher;
- Rede de informação e divulgação de dados sobre a anemia falciforme;
- Mobilização das mulheres da CPLP com vista a maior divulgação da questão de gêneros;
- Rede de comunicação entre mulheres da CPLP.

Grupo de Trabalho IV

1. Ana Moraes
2. Alzira Caldeira da Silva
3. Margarida Ulisavo
4. Eliane Potiguara
5. Lorena Mangane
6. Julieta Mendes
7. Terezinha Maria Barros Santos
8. Dima Santos Teresa Chaves
9. Heloísa A. Martins Fernanda Pontífice
10. Rachel Moreno
11. Luiza L. S. Maria Mazarello Rodrigues
12. Deise Souza de Oliveira

Relatório do Grupo IV

Gênero, Cultura e Identidade

O diagnóstico mais geral do IV grupo de trabalho apontou para diversos aspectos culturais que representam constrangimentos para as mulheres, sobretudo, de ordem econômica e política, ao desenvolvimento e participação das mulheres. Os entraves culturais constituem um dos mais sérios à abordagem de gênero e desenvolvimento, exigindo dos seus promotores, destreza, sensibilização e negociação entre os diversos intervenientes (organismos governamentais e não – governamentais, religiosos, entre outros).

Na maioria dos países, fatores culturais continuam sendo obstáculos à escolarização das meninas/raparigas, embora seja perceptível a tendência de mulheres enviarem cada vez mais as suas filhas à escola. No entanto, fatores de ordem econômica e institucional têm impedido a satisfação dessa demanda. Cabe então aos estados assegurar as condições para o acesso e a permanência das meninas e adolescentes no sistema de ensino.

Sendo os fatores culturais interiorizados/intrinsecos ao comportamento e atitudes das mulheres, funcionam como elementos que formam/minam a auto-confiança, auto-estima e a auto-imagem . A aceitação dessa imagem negativa que lhe é transmitida por valores culturais atua de forma nefasta ao seu desenvolvimento e promoção como ser humano e sujeito de direito.

É fundamental o reconhecimento por parte do Estado, que determinadas práticas culturais impedem o desenvolvimento e a participação das mulheres nas esferas política, econômica, social e cultural, tornando-se necessário o estabelecimento de dispositivos jurídicos legais para regulamentar a proibição dessas práticas e de incentivo para a promoção de mudanças na atitudes e comportamento.

Considerou-se, então, que isto não é suficiente para a mudança das mentalidades e atividades e que ações de sensibilização, capacitação precisam ser elaboradas implementadas junto às instituições e agentes sociais com especial envolvimento das mulheres e dos homens.

Levantou-se como uma grande questão de fundo ao debate sobre gênero e identidade cultural, como identificar no conjunto das práticas que constituem os elementos estruturantes da diversidade cultural, as que são positivas e as que são negativas aos processos de empoderamento da mulher. Perante isso, o desafio que se coloca é "como harmonizar as diferentes práticas sem lesionar a identidade.

Um dos caminhos apontados para enfrentar este desafio é o maior acesso da mulher à educação e aos espaços de decisão política, o que lhe permitirá, diferenciar as práticas negativas e impeditivas ao seu pleno desenvolvimento e à realização dos seus direitos sociais, o exercício pleno de sua cidadania e fortalecimento do amor próprio.

Um outro aspecto debatido foi a questão das imigrações, levando-se em conta que se trata de um fenômeno comum a todos os países que integram a CPLP. A imigração também foi abordada na ótica da cultura e da identidade, tendo sido manifestada como preocupante, a necessidade da preservação da identidade cultural das comunidades emigradas.

Neste sentido considerou-se o espaço CPLP como grande elo de ligação entre os países de origem e de acolhimento, de promoção de ações de apoio que reforçam a identidade, impedindo desse modo os desenraizamentos com todas as suas conseqüências .

No processo de preservação da cultura e defesa da identidade foi evidenciado mais uma vez o papel estratégico das mulheres, pelo que supõe serem amparadas no exercício e desempenho do mesmo. Neste sentido as ONG's de promoção da mulher devem ser reforçadas com recursos econômicos e técnicos para um melhor desenvolvimento de suas ações e prossecução dos seus objetivos.

A comunicação social, como importantíssimo meio de informação e formação, foi tida como instrumento valioso de mudança de comportamentos, valores e atitudes. O impacto dos meios de comunicação social tem aspectos positivos e negativos na formação de modelos e transmissão da imagem da mulher.

Levando-se em conta o poder da comunicação social na sociedade atual, importa que seja utilizado de forma a promover a dignificação das mulheres e de seus interesses, bem como o desenvolvimento de programas educativos em uma perspectiva de gênero e raça/etnia.

A questão das mulheres indígenas no Brasil foi especialmente abordada, levando-se em conta a importância da posse do território como condição essencial à preservação da sua identidade cultural. Além disso, importa que lhe seja garantido o acesso à educação formal e a valorização dos seus conhecimentos tradicionais para que esses sejam cotidianamente incorporados nas ações promoção, nas áreas de educação, saúde, saúde reprodutiva e desenvolvimento sustentável das atividades produtivas.

A participação das mulheres nas organizações políticas e nos movimentos sindicais, enquanto espaço de análise e discussão dos interesses e direitos dos trabalhadores, tem uma nova apreciação das relações de gênero nesses espaços. Para as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras isto tem significado a luta por seu reconhecimento como sujeitos políticos e trabalhadoras. Inspiradas nesta mesma fonte de fortalecimento da identidade cultural ligada à terra e relação sustentável com o meio ambiente, somam-se, no Brasil, a articulação das mulheres das florestas e terras remanescentes de quilombos por uma melhor e qualitativa percepção do papel das mulheres e gerações futuras.

Angola – Anexo 1

- Os programas de ensino devem permitir a abordagem das questões culturais no sentido de que as jovens gerações assimilem os valores positivos para mudança no comportamento a favor da mulher, assegurando assim o enraizamento da identidade cultural.
- Elaborar políticas e programas que permitam às mulheres os recursos econômicos, controle de recursos naturais e que se promovam ações que levem ao fim da discriminação e à participação efetiva da mulher no desenvolvimento.
- Promover campanhas de comunicação e educação social para disseminar princípios de base da vida e da convivência familiar, ausentes na partilha da responsabilidade na família e na dignificação e respeito pelos papéis dos membros.

Proposta na área indígena – Anexo 2

- Capacitar as mulheres indígenas na saúde reprodutiva e educação formal para que elas possam ter seus direitos humanos assegurados.
- Implementar políticas públicas para que a mulher indígena possa ter suas terras demarcadas e o acesso ao trabalho produtivo.
- Implementar políticas públicas que reconheçam valorizem o conhecimento nacional para que este conhecimento possa ser garantido no dia-a-dia no âmbito da educação, saúde, trabalho e desenvolvimento.

Reladoras : Wania Sant'Ana (Brasil), Ana Morais (Cabo Verde).

Coordenadora : Teresa Chaves (Timor)

Apresentação de texto de referência: Julieta Mendes (Guiné Bissau)

Grupo de Trabalho V

1. Cândida Narciso
2. Ana Maria Carreira
3. Josefina Chantre
4. Domingas Isael
5. Cídia Monteiro
6. Wanda Chase
7. Maria Conceição L. Fontoura
8. Olivete Mendes
9. Sandra Silveira
10. Carmem Araújo
11. Silvina Tavares
12. Basiliana Hopffer S. Tavares
13. Abgail Paschoa
14. Rosilene Dapresentação

Relatório do Grupo V

Igualdade, Paridade, Participação, Política e Acesso ao Poder

O tema foi introduzido pela deputada angolana Cândida Narciso que caracterizou a situação em relação ao tema, nos países da CPLP.

Fez uma referência em particular em relação ao seu país, Angola, onde fatores intrínsecos e extrínsecos impedem a efetiva participação da mulher na vida política e não só.

Apresentou a experiência do SADC (Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral) que está a registar um progresso significativo na integração das perspectivas de género nas políticas, programas e projetos através do estabelecimento e fortalecimento de mecanismos reestitucionais em vista a promoção da mulher.

À mulher como ser social, na maioria dos países, ainda é negado o estatuto de ser pensante, capaz de realizações, capaz de gerenciar pessoas ou coisas e por consequência é delegada a papéis secundários.

Em relações aos nossos países constata-se que essa realidade no seio dos parlamentos não é diferente, se tivermos em conta que :

Na Assembleia da República Portuguesa dos 230 deputados apenas 43 são mulheres o que corresponde a 18,7%;

Na Assembleia Nacional de Angola, dos 220 deputados apenas 34 são mulheres, correspondendo a 15,5%;

Na Assembleia da República de Cabo Verde, de 72 deputados apenas 5 são mulheres o que corresponde a 11,1%;

Na Assembleia da República de São Tomé e Príncipe de 55 deputados apenas 5 são mulheres correspondendo a 9,1%;

Na República de Moçambique, segundo dados recolhidos da SADC, de 250 deputados, 70 são mulheres correspondendo a 35,7%.

No Brasil, são apenas 30 deputadas federais (5,85%) e 6 senadoras (7,41%), totalizando 6,06% dos parlamentares da atual legislatura.

Na Assembleia Nacional Popular de Guiné-Bissau, dos 102 deputados apenas 8 são mulheres o que corresponde a 7,8%;

Não possuímos dados da República de Guiné - Bissau que por inferiçã, deve ser idêntica aos demais países.

Em relação ao provimento dos diferentes cargos no Parlamento, a mulher encontra-se igualmente numa substancial desvantagem.

Clara e inequivocamente temos que convir que há toda uma necessidade de corrigimos, estes desequilíbrios, entre homens e mulheres.

Tendo em vista a presente situação, o grupo apresenta as seguintes propostas :

1. A Institucionalização das Conferências de Mulheres dos Países Membros da CPLP;

2. Que todas as Delegações dos Países da CPLP às Conferências Regionais e Internacionais sejam constituídas numa perspectiva de gênero;
3. Presença feminina nas negociações no âmbito dos processos de paz nas zonas de conflitos;
4. Que o secretariado executivo da CPLP elabore um artigo específico a incluir nos seus estatutos abordando a questão de gênero;
5. Que na Reunião dos Chefes de Estado a ter lugar em Maputo, estes aprovem uma Declaração relativa à questão de gênero. Por outro lado, que seja posta à disposição dos intervenientes os meios financeiros, humanos e materiais necessários à implementação das decisões da Conferência de Beijing.
6. Criação a nível do secretariado executivo da CPLP de uma assessoria para as questões de gênero;
7. Uma concertação de posições entre todas as delegações dos países da CPLP no quadro do balanço de Beijing + 5 anos;
8. Que os intervenientes na promoção e igualdade da mulher enviem cópias do balanço de Beijing + 5 anos ao Secretariado Executivo da CPLP;
9. Que o Secretariado Executivo recolha e circule entre os países da CPLP o diferentes documentos preparatórios à Reunião de Nova York prevista para julho de 2000.
10. Realização de reuniões de concertação entre 7 delegações de balanço de Beijing + 5 anos na reunião de Nova York;
11. A disponibilização de fundos pela CPLP para a tradução dos documentos numa das línguas oficiais das Nações Unidas;
12. Que a CPLP considere a capacitação das mulheres para o exercício pleno do poder;
13. A convocação e realização de reuniões das mulheres parlamentares, concomitantemente, com as reuniões dos presidentes dos parlamentos dos países da CPLP;
14. O incremento dos esforços até agora desenvolvidos pela CPLP na busca da paz justa e duradoura para a República de Angola;
15. O reforço da solidariedade efetiva para a causa do povo timorense e para a reconstrução de Timor;
16. Que o Secretariado Executivo encaminhe o documento final da Iª Conferência de Mulheres da CPLP aos Chefes de Poderes Executivos, Legislativos e Judiciais e fóruns das ONG's dos seu países.

Coordenadora : Irene Vila Gala – Brasil

Introdutora : Candida Narciso – Angola

Relatora : Cídia Monteiro – Moçambique

Relatora de Apoio : Givânia Maria da Silva – Brasil

- Silvina da Silva Tavares - Guiné-Bissau
- Basiliana Tavares - Guiné-Bissau
- Maria de Fátima - Moçambique
- Ana Maria Carreira - Angola
- Graça de Vasconcelos - Portugal
- Josefina Chantre - Cabo Verde
- Abigail Paschoa - Brasil

Relatora do Grupo : Cíclia Monteiro

Grupo de Trabalho VI

1. Terezinha da Silva
2. Ana Moraes
3. Alayde Dias
4. Fátima Alves
5. Jovelina Goma
6. Ana Maria Amado Torres
7. Alda Vera Cruz Cunha
8. Ubiraci Catildes de Jesus
9. Diva Moreira
10. Ana Lieser Thurler
11. Jovina Maria da Cunha

Relatório do Grupo VI

Políticas de gênero, modelos de desenvolvimento e inclusão social

No grupo de trabalho estiveram reunidos representantes de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Brasil, Angola, Guiné-Bissau e Portugal.

Coordenou o grupo, a Dra. Elza Pereira Correia Muller, Representante do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Introduziu o tema, a senhora Terezinha da Silva, de Moçambique e, relataram, Fátima Alves, Alayde Diaz, de Cabo Verde e Ana Maria Torres e Alda Vera Cruz, de São Tomé e Príncipe.

Na sua intervenção a senhora Terezinha da Silva salientou a importância da conferência de Beijing e a implementação dos modelos de desenvolvimento. Fez referência ao conceito das políticas de gênero que constituem um conjunto de estratégias, programas e ações adaptadas com vistas a incorporar a igualdade de acesso e do controle dos recursos entre homens e mulheres.

Definiram o conceito de desenvolvimento nos seus diferentes níveis. O desenvolvimento não deve ser considerado apenas um aumento da produtividade e do bem estar, considerado como também uma satisfação das necessidades básicas, o aumento da igualdade e da participação em diversos domínios. Desenvolvimento é também habilitar as pessoas a tomar consciência de si próprias e, fornecer-lhes instrumentos para que elas decidam sobre as suas próprias vidas.

Que modelos de desenvolvimento estão sendo implementados nos países da CPLP? Fez referência a cinco modelos:

1. O de Bem-estar que visa a satisfação das necessidades básicas mas aonde a mulher tem um papel muito passivo;
2. O segundo modelo que salienta o acesso das mulheres aos meios de produção numa base de igualdade em relação aos homens;
3. O terceiro é um modelo de *compreensão de diferença de papéis de gênero* ressaltando que são papéis socialmente construídos e por isso podem mudar;
4. O quarto modelo é o de *participação no processo de tomada de decisões, de formulação de políticas e programas*. Neste modelo a participação aparece como tema central e elemento essencial do desenvolvimento;
5. O quinto modelo sublinha a *utilização da participação das mulheres no processo de tomada de decisões*, o chamado "Empoderamento das Mulheres"

Estes níveis ou modelos de desenvolvimento levam a abordagens diferentes de conceber programas e políticas. Referiu-se à abordagem IMD* e Gênero no desenvolvimento. Em relação ao tema Inclusão Social fez referência a importância da família como elemento básico que sustenta a sociedade, tendo ressaltado a existência de vários modelos de família nomeadamente (famílias mono parentais, famílias alargadas com redes de inter-ajuda fora do controle parental) e é nesse sentido que a introdutora defende, que a Inclusão Social das mulheres deve começar com a revisão dos diversos dispositivos jurídico-legais, pois tem-se constatado que ainda alguns países como Angola, Moçambique, Guiné-Bissau regem-se pelos dispositivos legais de época colonial. A seguir, a intervenção da introdutora foi complementada pelas representantes dos países, referindo-se a Gênero, Modelo de Desenvolvimento e Inclusão Social.

Terminado o debate os participantes chegaram a seguinte conclusão :

- As experiências são diversas contudo é de ressaltar aspectos comuns, daí a necessidade de uma intervenção comum para a implementação de Políticas e Modelos de Desenvolvimento nos países da CPLP.
- Ressaltaram a necessidade da definição de um modelo de desenvolvimento dos países da CPLP.
- Ressaltaram a importância da existência de organismos e/ou instituições vocacionadas para a promoção da mulher e promoção da igualdade nos países onde ainda não existem.
- Questionaram qual modelo de desenvolvimento para diminuir as desigualdades, para preservar a soberania nacional e para melhorar a distribuição das riquezas;

Recomendações - O Grupo de Trabalho recomendou :

- Criação da rede de solidariedade com caráter paritário das mulheres nos países da CPLP, através de comitês municipais;
- Realização de estudo comparativo dos países da CPLP com intuito de uniformizar as informações de base;
- Criação de comitês que controlem a aplicação das recomendações saídas do presente fórum.
- Criação de uma revista .
- Criação de um Web Site (internet) da CPLP para melhor comunicação interna dentro dos países, visando a informação das ações realizadas pós-Beijing
- Criação do Instituto da Mulher.

Relatora: Alaíde Vaz – Cabo Verde

NOTA À IMPRENSA

Transcreve-se, abaixo, o documento final da I Conferência de Mulheres da CPLP, aprovado ontem, 1º de fevereiro, em Salvador, ao término da I Conferência de Mulheres da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento. A Conferência, que se realizou entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro de 2000, contou com a presença do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia.

"DOCUMENTO FINAL DA I CONFERÊNCIA DE MULHERES DA CPLP SOBRE GÊNERO, CULTURA, ACESSO AO PODER, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Realizou-se na cidade de Salvador, de 30 de janeiro a 1º de fevereiro 2000, a I Conferência de Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder, Participação Política e Desenvolvimento.

A Conferência foi promovida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura do Brasil, em estreita colaboração com o Ministério das Relações Exteriores e com o Secretariado Executivo da CPLP. Contou também com o apoio do Ministério da Cultura, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador.

Compareceram à Conferência delegações dos países membros da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe - participantes nomeados no anexo I). A Conferência contou ainda com as participações do Secretário Executivo da CPLP, Marcolino Moco, da representante do PNUD, Thelma Awori, e com membros do Conselho Nacional da Resistência Timorense, em representação do território de Timor Loro Sae.

Na abertura da sessão de trabalhos da Conferência de Salvador, as delegações ouviram as palavras de estímulo da representante do PNUD, Sra. Awori, que enfatizou a importância da representação e do empenho das mulheres para conquistar espaços mais amplos na sociedade, bem como a necessidade de aumentar a representatividade feminina nas instituições políticas em geral. Registraram, com satisfação, a disponibilidade do PNUD de emprestar seu apoio a projetos da CPLP afetos à promoção da mulher.

As delegadas à Conferência de Salvador registraram, com satisfação, o oferecimento do apoio possível da CPLP, indicado por seu Secretário Executivo, para a utilização das estruturas da CPLP no encaminhamento da agenda aprovada na Conferência.

Tratando-se do primeiro encontro reunindo mulheres dos países da CPLP e também de Timor Loro Sae, a Conferência de Salvador propiciou oportuna e extensa troca de informações acerca da situação da mulher e das políticas de gênero nos países da CPLP, bem como do estágio de implementação, nesses mesmos países, do Programa de Ação de Beijing. Permitiu ainda a identificação de demandas comuns às mulheres de todos os países da CPLP relativas à erradicação da pobreza, à promoção do desenvolvimento humano e sustentável e da inclusão social, ao acesso à saúde, à educação e ao emprego, ao apoio à participação das mulheres em atividades econômicas e, em especial, à participação política e acesso ao poder.

Nesta I Conferência, as mulheres da CPLP reconheceram a conveniência de estreitar o diálogo com vistas a aproveitar os instrumentos disponibilizados pelas estruturas formais da Comunidade para o fortalecimento dos programas nacionais de promoção da igualdade e dos direitos da mulher.

Os trabalhos da Conferência de Salvador realizaram-se conforme disposições aprovadas na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 1999, por ocasião da Reunião Preparatória do I Encontro das Mulheres da CPLP, consubstanciadas no Documento Final daquela reunião.

Nos seis grupos de trabalho que se reuniram durante a Conferência de Salvador, **as delegações dos países membros da CPLP e de Timor Loro Sae registraram:**

a) No tema "**A feminização da pobreza e os modelos de desenvolvimento nos países da CPLP**", que a pobreza afeta primordialmente as mulheres; que a educação, conforme reconhece o Banco Mundial, e em particular a educação e formação das mulheres, é a política mais eficaz para produzir impacto no desenvolvimento; que, nos relatórios sobre desenvolvimento, as desigualdades mais frequentes são entre os sexos; que não se deve perder de vista a perspectiva raça/etnia na questão da feminização da pobreza; que a Conferência de Beijing sublinhou a necessidade de integrar a perspectiva de gênero na vida pública e privada; que as políticas públicas devem ser transversais, propondo ações positivas para as mulheres, na educação, na saúde, no emprego, no desenvolvimento social e em todas as áreas em que as mulheres são discriminadas; que nas discussões sobre modelos de desenvolvimento, é imperativo ouvir as populações quanto a suas necessidades, de modo a promover efetiva igualdade; que é importante reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e as tecnologias alternativas nos programas de desenvolvimento; que é necessário promover a formação profissional para que as mulheres possam ter acesso a ocupações melhor remuneradas; que os programas de ajuste estrutural adotados pelos vários Governos dos países da CPLP provocaram a redução dos investimentos sociais; que é necessário criar empregos para as mulheres, tendo em conta a necessidade de estruturas de apoio para crianças e idosos; que os modelos de desenvolvimento devem adequar-se ao contexto cultural local; que é imperiosa a participação política das mulheres no processo decisório para definição dos modelos de desenvolvimento nacionais, viabilizando, assim, a recuperação do conteúdo humanístico dos processos de desenvolvimento; e, por fim, que é urgente a implementação, pelos Governos, da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing e o cumprimento de todas as Convenções e instrumentos internacionais dos quais os países membros da CPLP são signatários relativos à promoção de desenvolvimento e do respeito aos direitos humanos.

b) No tema "**A participação das mulheres nas atividades econômicas dos países membros da CPLP**", que, a despeito de sua diversidade, há dificuldades comuns a todos os países da CPLP relativas à efetiva inserção e paridade das mulheres em todos os escalões do mercado de trabalho; que, na origem de tais dificuldades, está o deficiente acesso à educação – mais nítido entre as

mulheres dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), dificultando ou mesmo inviabilizando suas alternativas de acesso à formação e ao desempenho profissional; que a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá em nichos ocupacionais específicos, com grande concentração no setor informal, sem proteção e direitos do trabalho; que é preciso focar a mulher como sujeito prioritário das ações públicas, tanto mais pela importância crescente que assume como responsável pela família; que a globalização e os conflitos armados vivenciados em alguns países da CPLP agravam as condições de participação das mulheres nas atividades econômicas; que a cultura dominante e as práticas tradicionais do mercado de trabalho dificultam a inserção qualitativa das mulheres nas atividades econômicas; e, por fim, que é necessário salientar o trabalho invisível exercido pelas mulheres, particularmente o trabalho de agricultura para subsistência familiar, o comércio informal e o trabalho doméstico em todos os países membros da CPLP.

c) No tema "**As condições de acesso à saúde e à educação nos países membros da CPLP**", que a educação é primordial para um desenvolvimento harmonioso da sociedade; que é necessário o reforço de programas educativos com transversalidade de gênero, particularmente aqueles voltados para as mulheres, jovens e meninas, e os programas de alfabetização; que é preciso garantir o acesso e permanência no ensino público gratuito e de qualidade nos países da CPLP e melhorar as metodologias de controle e supervisão do ensino privado; que é necessário promover e acelerar a formação em gênero; que uma vida com saúde não pode conviver com as altas taxas de mortalidade materno-infantil, com a gravidez precoce, com a ampliação dos casos de AIDS entre as mulheres, com a má-nutrição, com a ausência e inacessibilidade aos serviços de planejamento familiar de qualidade e de saneamento básico, nem com a privatização crescente da saúde pública; que é importante o reforço de programas de educação para a saúde e de planejamento familiar, educação ambiental, saúde materno-infantil e saúde reprodutiva; que é necessária a concepção e aplicação de indicadores de avaliação sobre a aplicação de políticas ligadas à educação e saúde; que é preciso incentivar a aplicação de medidas ligadas aos direitos reprodutivos, sobretudo saúde materno-infantil, à violência contra as mulheres e ao tráfico de mulheres, na linha do preconizado na Plataforma de Beijing.

d) No tema "**Gênero, cultura e identidade**", que diferentes fatores culturais constituem-se em um dos mais sérios constrangimentos à abordagem da questão do gênero; que a aceitação de uma imagem negativa da mulher, transmitida pela cultura dominante nos países da CPLP, atua de forma nefasta para o desenvolvimento e promoção da mulher como ser humano e sujeito de direitos; que é necessário o estabelecimento de dispositivos jurídicos, em cada Estado, para regulamentar práticas culturais tradicionais que impedem o desenvolvimento e a participação das mulheres na vida política, econômica, social e cultural; que os meios de comunicação social tem aspectos positivos e negativos na formação de modelos e transmissão da imagem da mulher; que é importante a utilização do poder da comunicação social na sociedade atual para a dignificação das mulheres e de seus interesses, bem como para o desenvolvimento de programas educativos em uma perspectiva de gênero e raça/etnia; que os programas de ensino devem permitir a abordagem das questões culturais para que as jovens gerações assimilem os valores positivos para mudança no comportamento a favor da mulher, assegurando assim o enraizamento da identidade cultural; que as mulheres desempenham papel estratégico na preservação da cultura e na defesa da identidade, razão pela qual devem ser apoiadas no exercício e desempenho dos mesmos; que é necessário que as mulheres integrantes das comunidades emigradas da CPLP sejam também apoiadas, tendo em conta seu papel na transmissão e preservação da identidade cultural.

e) No tema "**Igualdade, Paridade, Participação Política e Acesso ao Poder**", que, na maioria dos países, ainda é negado à mulher o pleno desenvolvimento de sua cidadania e o acesso aos cargos do poder. Esse fato se manifesta na representação de mulheres no Legislativo, onde se verifica sua reduzida presença, sendo a seguinte a representação nos respectivos Parlamntos: Angola 15,5 % (34 mulheres de 220 deputados), Brasil 6,06% (36 mulheres em 594

parlamentares), Cabo Verde 6,9 % (5 mulheres em 72 deputados), Guiné Bissau 7,8% (8 mulheres em 102 deputados), Moçambique 28 % (70 mulheres em 250 deputados), Portugal 18,7 % (43 mulheres em 230 deputados) e São Tomé e Príncipe 9,1 % (5 mulheres em 55 deputados).

f) No tema "**Políticas de Gênero, Modelos de Desenvolvimento e Inclusão Social**", que é necessário utilizar os conceitos de desenvolvimento já consagrados nas Declarações de Viena e de Beijing .

As delegações dos países membros da CPLP escutaram as informações prestadas pelas representantes de Timor Loro Sae sobre a situação no território e instam seus respectivos Governos a emprestar solidariedade efetiva aos timorenses na reconstrução do país e na promoção do desenvolvimento auto-sustentado.

As representantes de Angola puderam igualmente relatar os avanços da campanha militar do Governo angolano contra os rebeldes da UNITA, tendo as delegações dos demais países manifestado sua satisfação com as perspectivas promissoras de a paz vir finalmente a instalar-se naquele país irmão.

As participantes manifestaram total solidariedade às mulheres de Angola, Guiné Bissau e Timor Loro Sae pelas difíceis condições que a guerra lhes impôs e ainda impõe e recomendam aos seus Governos que fortaleçam os programas de cooperação, particularmente aqueles desenvolvidos no âmbito da CPLP, destinados à reconstrução desses três países.

As delegações à Conferência de Salvador acompanharam, com atenção, os relatos das participantes de Angola, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Loro Sae sobre os conflitos armados concluídos ou em andamento em seus países, bem como as apresentações das representantes da UNESCO e do Secretariado Executivo da CPLP sobre os esforços de seus organismos em prol do estabelecimento de uma cultura da paz. As delegadas concordaram com que a prevenção de conflitos e a manutenção da paz em países da CPLP passam pelo desenvolvimento econômico, social e humano de suas populações, bem com exaltaram a necessidade da promoção de uma cultura da paz.

Ao final de seus trabalhos, as delegações dos países da CPLP e de Timor Loro Sae decidiram recomendar aos Governos dos países membros da CPLP:

a) a inserção da perspectiva de gênero em todas as políticas que visem a um desenvolvimento sustentável da sociedade e, particularmente, nos programas de cooperação bilateral e multilateral desenvolvidos no âmbito da CPLP;

b) que, na próxima Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a ter lugar em Maputo, em julho de 2000, aprovelem uma Declaração relativa à questão de gênero;

c) que todas as delegações dos países da CPLP às Conferências Regionais e Internacionais sejam constituídas com representação de mulheres comprometidas com questões de gênero;

d) que promovam a concertação político-diplomática entre as delegações dos países membros da CPLP que participarão da reunião de Nova York, em junho de 2000, e das reuniões dos comitês preparatórios, agendadas para março próximo, com vistas à adoção de posições comuns;

e) a inclusão das recomendações da Declaração de Salvador nos fora locais e regionais da revisão da Plataforma de Beijing;

f) a participação de representante da CPLP na Sessão Especial da Assembléia das Nações Unidas

sobre a Implementação dos Resultados da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing + 5);

g) a inclusão, em suas respectivas delegações que participarão da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a realizar-se no próximo mês de julho, em Maputo, de uma representação de mulheres comprometidas com os programas de promoção da mulher;

h) a alocação de no mínimo 20 % do orçamento do Fundo Especial da CPLP para financiamento de projetos e atividades específicas de promoção da mulher, como manifesto compromisso dos Governos da CPLP com a promoção da política de gênero no âmbito da Comunidade;

i) que, nos programas de cooperação no âmbito da CPLP, considerem a imperiosa necessidade de capacitação das mulheres para o exercício pleno do poder;

j) a supressão da necessidade de vistos em passaportes diplomáticos, de serviço e comuns para nacionais dos países membros da Comunidade, de modo a facilitar o livre trânsito de pessoas no espaço da CPLP;

k) a articulação de parcerias entre os países da CPLP de forma a favorecê-los enquanto parceiros na área de comércio;

l) a realização de campanhas de sensibilização junto às instâncias adequadas para que o Português seja reconhecido como língua de trabalho nos fora internacionais, facilitando assim as relações não só diplomáticas, mas também culturais e comerciais entre os países da CPLP e o mundo;

m) que haja uma representação de mulheres nas negociações dos processos de paz em zonas em conflito;

n) o investimento na educação e formação das mulheres, jovens e meninas e a alocação de mais recursos orçamentários para a implantação de programas e políticas públicas de saúde para as mulheres;

o) a criação de mecanismos de controle e acompanhamento da aplicação das políticas de saúde e educação na perspectiva de gênero, junto às instâncias governamentais;

p) a introdução da abordagem de gênero nas análises, discussões, definições de políticas e tomadas de decisão sobre as questões concernentes à saúde e educação;

q) a concessão de créditos subsidiados para as mulheres de modo a promover sua inserção no mercado de trabalho e em diferentes atividades econômicas;

Decidiram, ainda, propor ao Secretariado Executivo da CPLP:

a) que submeta ao Comitê de Concertação Permanente proposta de alteração dos Estatutos da CPLP, mediante inclusão de artigo específico abordando o compromisso dos Governos com a questão de gênero;

b) que crie, junto ao Secretariado Executivo, uma Assessoria Extraordinária para Assuntos de Gênero;

c) que faça a divulgação, entre os países membros da CPLP, dos documentos preparatórios elaborados por cada país para a próxima reunião de Beijing + 5, com vistas a permitir a coordenação de posições por ocasião das reuniões de Nova York, promovendo aí uma reunião de

chefes das delegações dos países da CPLP;

d) que disponibilize fundos do Fundo Especial da CPLP para a tradução dos documentos preparatórios da Reunião de Beijing + 5 em uma das línguas da ONU, se solicitado por algum dos países membros da CPLP;

e) a organização de uma base de dados junto ao Secretariado Executivo da CPLP que integre informações sobre política de gênero;

f) que estimule a realização, concomitante à próxima Reunião dos Presidentes de Paramentos da CPLP, de uma reunião de mulheres parlamentares dos países da CPLP;

g) que encaminhe o presente Documento Final aos Chefes de Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos países da CPLP, bem como demais autoridades que julgar pertinente, e também aos fora de ONGs dos países da Comunidade.

Por fim, aprovaram:

a) a institucionalização da Conferência de Mulheres da CPLP;

b) a criação de uma Secretaria Pro Tempore da Conferência das Mulheres da CPLP, a ser exercida pelo Brasil até a realização, em 2001, em local e data a serem oportunamente definidos, da II Conferência das Mulheres da CPLP;

c) a criação de uma Rede de Mulheres da CPLP, a ser inicialmente formada por pontos focais para a questão de gênero de cada país da Comunidade e do Conselho Nacional da Resistência Timorense, que serão, tão logo possível, indicados pelos Governos dos países da CPLP ao Secretariado Executivo da organização. A esta Rede deverão somar-se, assim que possível, pontos focais em representação da sociedade civil de cada país, que se articularão com aqueles indicados pelos Governos;

d) a criação de um página na INTERNET que abrigará informações sobre a mulher da CPLP, uma base de dados sobre a questão de gênero nesses países e, ainda, que servirá de ponto de referência para a comunicação entre todos os interessados na promoção da igualdade e dos direitos da mulher nos países da Comunidade. As delegadas à Conferência de Salvador agradeceram à Fundação Cultural Palmares, do Brasil, sua oferta para assegurar o financiamento inicial da produção da referida página.

As delegações presentes à Conferência de Salvador reiteraram, por fim, os objetivos explicitados por ocasião da Reunião Preparatória, no Rio de Janeiro, e ainda não materializados, que indicavam a necessidade de criação, no curto prazo, de um Fórum de Mulheres da CPLP, com as seguintes funções:

a) integrar as questões de gênero às políticas e mecanismos da CPLP;

b) institucionalizar a participação plena das mulheres na CPLP;

c) definir uma agenda comum;

d) instituir mecanismos de cooperação entre as estruturas governamentais e organizações de mulheres da sociedade civil dos países da CPLP.

As delegadas à I Conferência de Mulheres da CPLP registraram, com grande satisfação, o efetivo apoio do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, à causa da mulher, manifesta, entre outras formas, em sua disposição de vir a Salvador para apresentar às delegações estrangeiras a posição do Governo brasileiro sobre sua política de gênero. As participantes do Encontro de Salvador congratulam-se com o Ministro Lampreia por seu compromisso com a promoção das políticas de gênero no âmbito da CPLP.

Por fim, as participantes da I Conferência de Mulheres da CPLP expressaram ao Brasil e em particular à Cidade de Salvador, seus habitantes e autoridades, seus agradecimentos pela calorosa acolhida e pela hospitalidade que lhes dispensaram.

Feito em Salvador, em 1 de fevereiro de 2000."

Memória da Conferência da CPLP

Thelma Awori vem do PNDU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ela tem ocupado várias posições importantes como:

Diretora Geral do UNIFEM, representante do PNUD no Zimbabwe e foi, até 31 de dezembro Assistente do Secretário Geral da ONU e responsável pelos programas do PNUD em toda a África Sub-Saariana. Awori é uma das notáveis integrantes do movimento de mulheres, na África. Ela é natural de Uganda.

Um lugar à mesa: Mulheres e a Formação de Políticas

Thelma Awori

Estou honrada em ser convidada a participar desta Conferência. "Encontros de mulheres" para deliberar e tirar estratégias para a causa, que é a causa de toda a humanidade, que deve, em todos os momentos, receber o apoio das próprias mulheres, e de todas as principais instituições do mundo. É por isto que a Organização das Nações Unidas comprometeu-se a assegurar a presença em tais encontros, quando convidada. A escolha das mulheres da CPLP para consultar-se pela primeira vez, dá continuidade a uma longa tradição de mulheres no mundo inteiro. As resoluções concretas desses encontros têm servido de guia para as instituições internacionais e nacionais ao planejar o apoio que as mulheres precisam enquanto cidadãs atuantes e responsáveis em suas nações e no mundo.

Nós, como membros do movimento de mulheres, chegamos a este século orgulhosas de nossos avanços e da atenção e reconhecimento que ganhamos para nossa causa. Certamente, os principais anais de nossos tempos registrarão que as mulheres, seu papel e perspectivas devem acompanhar os dos homens em todas as decisões que afetam o bem-estar da comunidade, independentemente de sua extensão. Neste século seria, politicamente incorreto, afirmar a desigualdade da mulher em declaração pública. Graças à ONU, que tem sido um fórum, uma aliada e parceira constante e uma advogada das mulheres, os Estados membros foram ouvidos e estimulados a cumprir com os padrões a que se propuseram. Amigas e irmãs, nada disso teria acontecido sem a intervenção direta, a representação, "pressão e defesa" das próprias mulheres. Na medida em que avaliamos o passado e planejamos o futuro, não podemos esquecer das mulheres que lutaram corajosamente e agüentaram as piores indignidades para promover o avanço das mulheres. E devemos lembrar não só os homens que se opuseram e desprezaram, mas os que nos ajudaram e apoiaram. Essas mulheres e esses homens abriram caminho para o nosso futuro.

Mas, quando enfim chegamos a um marco, perceberemos a distância que nos separa de nossas metas. Essas metas não são só o avanço das mulheres. Afinal, as mulheres são incapazes de avançar em um mundo atrasado. Essas metas de paz, igualdade, dignidade, direitos humanos e desenvolvimento não podem ser conseguidas só por mulheres. Têm que ser conquistadas para a humanidade como um todo. Quanto a isso, existe um peso desproporcional sobre as mulheres. Por isso, a importância do novo aspecto de nossa luta é sentar à mesa de negociações políticas e influenciar efetivamente a direção das decisões a favor das metas mais amplas da humanidade.

Se olharmos, em retrospectiva, nossa ausência de participação nesses assuntos importantes, observamos o efeito devastador e o quanto nós e o mundo fomos deslocados de nossas metas. O desenvolvimento, na forma em que foi promovido e praticado no início do século passado, sem a mulher, foi um ataque forte contra a cultura, a dignidade humana e o meio ambiente natural. Envolveu uma reestruturação ampla da identidade, em todas as suas dimensões (religião, língua, relacionamentos, ...). Esse foi um tempo marcado pelo abuso flagrante e profundo dos direitos humanos e da dignidade humana. A ênfase do desenvolvimento material, acima e além do não material, levou à exploração indiscriminada de recursos naturais e humanos. Só nos últimos trinta anos, o movimento para trazer uma abordagem mais integral ao desenvolvimento ganhou terreno. Ao publicar o Relatório de Desenvolvimento Humano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) argumenta que o desenvolvimento envolve mais do que capital fiscal e físico. Há também capital natural (o meio ambiente), cultural, institucional e acima de tudo humano e, parte importante desse capital humano é constituído por mulheres. Os esforços pelo desenvolvimento devem se fundamentar em todos esses recursos.

Olhamos pelas nossas janelas hoje e observamos os resultados de nosso desenvolvimento em termos de infra-estrutura física e medimos nossa riqueza em termos do PIB e nos alegramos. A destruição humana, espiritual e cultural que acompanhou esse desenvolvimento não é fácil de ser medida, mas está

visível na quantidade de guerras, conflitos e desintegração de nossas sociedades. Maior o ataque contra o cultural e o espiritual, mais difícil o desafio de ressurgirmos da desintegração. Observo os Estados, as Nações do mundo atual e vejo muitas evidências disso.

Felizmente, nos damos conta de todas essas questões. No entanto, precisamos nos posicionar para tomar medidas corretivas. Por isso, estou feliz de informá-las hoje que as mulheres estão alcançando suas metas na sua luta para tomar um assento na mesa de negociações políticas. No mundo inteiro, as mulheres lutam para posicionar-se como parcerias iguais no processo de tomada de decisão. Não é uma luta fácil, minhas amigas. Recentemente, uma advogada ugandense publicou um livro intitulado, *Quando as Galinhas Cantam*, que detalha as experiências de mulheres parlamentares em Uganda. Chorei ao ler o livro, com seus múltiplos exemplos de desrespeito e assédio. Além disso, as regras, procedimentos e a linguagem de tais encontros são desconhecidos à maioria dos recém-chegados, homens ou mulheres. Tenho certeza que a experiência de mulheres no parlamento de Uganda não é muito diferente da de mulheres nos países da CPLP. Seria interessante ler um livro desse tipo sobre os países da CPLP porque poderia comparar a experiência de mulheres parlamentares em continentes diferentes.

A boa notícia, a boa nova é que as mulheres não desistem facilmente. Poderíamos dizer que, quanto mais duro o caminho, maior o desafio e a reação das mulheres. Em toda a Uganda as mulheres estão se envolvendo na política em todos os níveis. Com a ajuda de algumas agências financiadoras, estão conseguindo a formação necessária para entender as questões envolvidas, debatê-las e conseguir resultados. O melhor de tudo é que estão enfrentando linhas religiosas e partidárias. Mulheres de outras profissões contribuem, pesquisando e elaborando subsídios para as mulheres parlamentares. As mulheres se apoiam umas às outras. Uganda não é um país da CPLP, mas boas notícias sempre são bem-vindas e por isso pensei em compartilhá-las.

Dois dos desafios principais que enfrentamos no mundo e, especialmente na África, são as questões do conflito e da pobreza. Quando co-existem, o desafio de erradicá-las é mais difícil ainda, porque eles se reforçam mutuamente. As mulheres aqui presentes, dos países da CPLP, sabem do que estou falando. O papel das mulheres na erradicação da pobreza se aceita facilmente, mas seu papel na promoção e manutenção da paz não o é aceito. As mulheres são deixadas de fora dos processos de paz a não ser que consigam uma forma de incluir-se, o que constitui a arte e a ciência do posicionamento.

Felizmente, não há falta de criatividade nesse respeito. Sendo as principais vítimas de terrível violência, as mulheres se obrigam (have found it imperative) a participar da busca de uma paz duradoura. Frequentemente, essa luta custa a vida das mulheres. Em Sierra Leoa, quando as mulheres foram à floresta procurar os rebeldes para conversar com eles, os rebeldes mataram várias delas. As mulheres de Libéria, Sierra Leoa e Burundi pagaram suas próprias despesas para chegar no local de negociações de paz, só para ficar nos corredores porque não representavam nenhuma das partes que estavam em guerra. As mulheres de Moçambique tiveram mais êxito na sua campanha pela paz, assim como as mulheres de Rwanda. Uma mulher chefia a Comissão de Reconciliação Nacional de Rwanda. Mulheres africanas formaram uma Comissão pela Paz e o Desenvolvimento, para canalizar as vozes das mulheres nos debates da Organização de Unidade Africana.

A marginalização das mulheres se deve em grande parte ao fato que muitas de nossas instituições políticas não insistem na representação das mulheres. Os Ministérios de Relações Exteriores não nomeiam embaixadoras, não garantem que mulheres façam parte de encontros internacionais, regionais ou sub-regionais. Partidos políticos, igrejas, municipalidades, todos deveriam reservar lugares para mulheres em comitês, conselhos em todos os pontos de poder da sociedade.

Chegar à mesa é difícil mas é possível. Primeiro, exige-se uma análise para identificar os locais do poder que importam para as mulheres. Um mapa do poder que desenha todos os pontos de poder (locais de tomada de decisão) é o resultado desse tipo de exercício. Em seguida, tiramos estratégias sobre como chegar lá. Monta-se uma lista de seis mulheres habilitadas para assumir cada posto. Não chegamos à mesa sem ter claro nosso poder de barganha – o que queremos e quais são nossas fichas. Temos fontes de poder e precisamos ter claro quais são e como usá-las. Votos, dinheiro, influência sobre os demais são exemplos disso. Quando somos excluídos, sempre podemos criar nossas próprias instituições alternativas. As mulheres da Libéria fundaram suas próprias igrejas.

A ONU/PNUD pode ajudar? Sim, pode e já ajudou no passado. Pode levar os Estados-membro a estabelecer normas (standards) de participação feminina; estabelecer metas; formar mulheres; dar visibilidade aos talentos das mulheres; abrir espaço para as mulheres. A CPLP pode ajudá-las? Espero que respondam a essa pergunta durante esse encontro. Uma coisa, no entanto, está muito claro. Como a entidade é pequena e relativamente nova, precisam juntar forças com o movimento de mulheres mais

amplo na preparação da revisão da conferência mundial da mulher enquanto trazem sua própria perspectiva, enquanto CPLP, ao debate.

Irmãs e amigas, deixem-me concluir dizendo que na minha visão a força da mulher é como um rio; nada o impede de passar por onde quiser. Se há uma montanha, passa através da montanha ou ao redor dela. A pressão da água é potente e vocês também o são. Obrigada.

Os Desafios das Políticas de Gênero nos Países da CPLP: a Correlação entre Equidade, Gênero e Modelos de Desenvolvimento

Elza Correia

Representante do Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Mulher

O Brasil é um país de gigantes proporções geográficas – 156 milhões de habitantes, maior população da América Latina – 6ª do mundo.

- Diferentes níveis de desenvolvimento regionais.
- Diversos países dentro de um país. (diversos Brasis)
- Presença de desafios sócio-econômicos a serem efetuados.
- Péssima distribuição de renda – o que provoca exclusão social, desrespeito aos direitos humanos e aprofundamento das desigualdades.
- 3º lugar no mundo em números de desempregados: 7,7 milhões, atrás da Rússia (9,1 milhões) pessoas sem trabalho e da Índia (40 milhões).
- Mais de 30 milhões de miseráveis (abaixo da linha da miséria).
- Grande déficit nos setores de saúde, trabalho, habitação e transporte.
- Enorme corrupção nas esferas de poder em todos os níveis. Inúmeras CPI's pelo Brasil e no Congresso Nacional

Trabalho:

- As mulheres representam 40 % da PEA e ganham um pouco mais da metade dos salários dos homens.
- As mulheres representam 50,7 % da população e detemos apenas 25 % de toda riqueza produzida no país na área urbana, e apenas 15 % na área rural.
- Os chefes de família, 30% são mulheres. Para cada 4 famílias brasileiras, uma é chefiada por mulher.
- Em números absolutos, a força feminina de trabalho passou de 11.4 milhões (em 76) para 30.4 milhões (em 97), um crescimento de 167 %

Violência

- A cada segundo uma mulher é agredida no país, na maioria das vezes, dentro de casa, por seu companheiro.
- Em dezesseis anos da existência das DEANG foram registradas mais de cinco milhões de ocorrências de violência contra as mulheres, sendo que os casos de violência, principalmente o estupro, não chegam a dez por cento de denúncias. Uma grande luta do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) é para que ocorram as denúncias.

Saúde

- Lei de planejamento familiar levou sete anos para ser aprovada no Congresso Nacional, ainda e burlada na maioria das cidades brasileiras.
- A questão da mortalidade materna, que precisa ser revertida:
- Causas: má qualidade dos serviços de saúde e não atendimento dos direitos reprodutivos das mulheres.
- Ainda há grande resistência para liberação do aborto legal pela rede pública de saúde apesar de estar garantido no Código Penal, desde 1940.

Poder:

- Na esfera do poder os números são ridículos, representamos 50.2% do eleitorado nacional, entretanto os homens ocupam 93% dos cargos legislativos, uma governadora, 95% dos cargos executivos, nenhuma ministra brasileira, menos 5% em cargos de Presidência de grandes empresas nacionais.
- Antes da Lei de da Deputada Marta Suplicy, (1993) éramos menos de 10% nos cargos de direção nacional dos partidos.

- Os partidos, e independentemente da proposta ideológica não prestigiam as mulheres. Não investem em suas candidaturas.
- Embaixadoras são 8 mulheres e mais de 100 homens.
- DISCRIMINAÇÃO DENTRO DA DISCRIMINAÇÃO
- Dentro do diagnóstico colocado de exclusão social, das mulheres soma-se a questão da mulher negra, duplamente discriminada. Apesar da garantia da igualdade preconizada pela Constituição brasileira homens e mulheres negros são discriminados no Brasil.
- Essa discriminação se manifesta:
- Segundo IBGE/1990 – rendimento médio nacional em salários mínimos:
- Homem branco 6,3 S.M., mulheres branca 3,6 M.S.
- Homem negro 2,9 M.S., mulher negra 1,7 S.M.
- Emprego doméstico 51%
- Lavadeiras, cozinheiras e serventes 28.4 %
- Secretárias, recepcionista vendedoras 7.4 %
- Funções técnicas, adm., científicos e artísticas 5.3 %
- Taxa de mortalidade infantil é de 37.3 % para a população branca contra 62.3% na população parda e negra.
- Em recente pesquisa feita na administração federal foi identificado que 84.6 % dos cargos ocupados por mulheres o são por mulheres brancas e apenas 8% por mulheres negras e 7.4% por mulheres asiáticas.

Diante deste Diagnóstico qual tem sido o Papel do Cndm

- O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres integrante da SNDH (Secretária Nacional de Direitos Humanos) do Ministério da Justiça é um órgão eminentemente político, com propósitos de negociador de políticas, propósitos de leis e promotor do debate público. Não tem caráter executivo. Embora se constitua num interlocutor com autoridade, face as instâncias governamentais.
- Intervém no debate público como coisa de ressonância dos interesses e da voz das mulheres brasileiras.
- Voltando de Beijing (ainda Dra. Rosita) – viagem por diversos estados e municípios brasileiros para assinatura de protocolos de adesão entre o CNDM as recomendações da plataforma de Beijing e o CNDM.
- Elaboração do documento "Estratégia para a Igualdade" apresentação ao Presidente da República em 08/03/97 que inclui no plano de ação destinado a implementar no Brasil os compromissos assinados em Beijing 9 esferas básicas:
- Em março de 1996, o CNDM elaborou o PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL.
- Parte integrante do Programa Nacional dos Direitos Humanos do M.J. Este programa se constitui em fato inédito no Brasil e representou mudança qualitativa à violência contra as mulheres no país (saiu dos subterrâneo e veio a tona).

O programa está centrado em 4 eixos básicos:

- 1- Coordenação de ações Interministeriais
 - 2- Reformulação Legal
 - 3- Fortalecimento do aparelho jurídico e policial
 - 4- Campanhas de sensibilização da opinião pública.
- A partir destes 4 eixos básicos o CNDM vem implantando as seguintes ações:**
4. **A- Proteção às vítimas de violência doméstica**, através da criação de Centros Integrados de Assistência às Mulheres Sob risco de Violência Doméstica e Sexual. Neste sentido o CNDM elaborou documento intitulado "TERMO DE REFERÊNCIA PARA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE CASA ABRIGO" e viabilizou a celebração de 9 convênios entre o MJ e Estados/Municípios para a construção e/ou manutenção de casas abrigo com recursos financeiros do orçamento da União para 1.998.
 5. **B – Mudança na legislação através da reformulação do Código Penal**, projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, encaminhado ao Congresso Nacional, alterando o Código Penal, retirando os chamados "crimes contra a liberdade sexual" (estupro, atentado violento ao pudor,

posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude) do título "Dos Crimes contra os Costumes" e transferindo-os para o título "Dos Crimes contra a pessoa Humana").

6. Além disso pode-se destacar a participação do CNDM na comissão de Alto Nível instituída pelo MJ para propor ante-projeto de reformulação da partes especial do Código Penal, contribuindo de forma decisiva nos seguintes itens:
A manutenção da penalização do estupro
A tipificação do assédio sexual;
A retirada do título "dos Crimes contra os Costumes" para substituí-lo por "Crimes contra a Dignidade Sexual". Portanto, o crime de estupro passa a ser um crime contra a dignidade sexual e não mais contra os costumes.
7. **C – Fortalecimento das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher.**
8. Parcerias estão sendo estabelecidas, no sentido de viabilizar o encontro nacional de todas as delegacias brasileiras com o intuito de debater as questões relativas a esse instrumento de defesa dos direitos da mulher.
9. **D – Capacitação do Quadro Funcional da Polícia**
10. Inclusão da questão da violência contra a mulher no projeto de treinamento para profissionais na área de segurança do cidadão do Departamento de Segurança Pública do MJ, em parceria com o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, que propõe, entre outras coisas, a definição de um currículo mínimo comum às Academias Estaduais de Polícias (civis e militares), no qual constem temas relacionados aos direitos humanos e cidadania.
11. **E- Campanha de Sensibilização da Opinião Pública**
12. Participação no planejamento da campanha "Sem as Mulheres os Direitos Não São Humanos" em parceria com o CLADEM e a Comunidade Européia.
13. **F- Prontuário Específico para vítimas da Violência Doméstica e Sexual.**
14. Parcerias estão sendo estabelecidas com o Ministério da Saúde no sentido de todos os hospitais da rede pública e conveniados abrirem um prontuário específico para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual.
15. **G- Programa de defesa à Mulher do Preso –** apresentado pelo MJ em 1997, contendo um plano estratégico de ações envolvendo os âmbitos da saúde, educação, trabalho, legislação e promoção social, protocolos assinados entre Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e Ministérios com aval da Presidência da República.
16. **Educação –** acesso à escola já se torna igualitário. O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres concentrou sua vigilância nos mecanismos suscetíveis de reproduzir a desigualdade de gênero no interior do processo educativo.
17. Protocolo assinado em 8/3/96 visando conjunto de ações de promoção da igualdade de direitos entre o homem e a mulher, na educação pública, com ênfase no combate aos estereótipos de gênero nos currículos escolares, livros didáticos e estratégia de formação de professores; novos parâmetros curriculares para alunos de 1ª a 8ª série já foram distribuídas;
18. Implantação do programa nacional do livro didático, que reforça a igualdade de gênero.
19. Ministério do Trabalho. Por intermédio da Secretaria de Formação e desenvolvimento Profissional SEFOR, para a promoção de políticas de formação profissional voltada para a população feminina especialmente para as mulheres socialmente marginalizadas ou em situação de risco social. Com recurso do FAT 2.5 milhões de mulheres qualificadas .
20. Ministério do Planejamento e Orçamento. Criar mecanismo a mulher chefe de família, sem como aquisição de moradia , no período de 96 a 98 1/3 do total dos financiamento com recurso do FGTS foram para mulheres.
21. Ministério da Justiça e Saúde. Por intermédio da Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, assinatura de protocolo visando um política de combate ao câncer cérvico, uterino e a melhoria das políticas de planejamento familiar.
22. Resultado: Programa Nacional de Prevenção do câncer cérvico, uterino, atingindo mais de 3 milhões de mulheres pelo SUS em 1998.
23. Fórum permanente com parlamentares para discussão de assuntos de nosso interesse.
24. Apoio às ações do movimento da mulher.
25. Intervenção através de congregação técnica.

26. Temos que continuar avançando rumo à construção de um país igualitário, aberto às diferenças, sem hierarquia, valorizando a diversidade. É preciso não esquecer que na democracia a igualdade entre os sexos faz toda a diferença.
27. O caminho da busca de equidade entre gêneros, ainda é longo e árduo. Muito mudou com se nada tivesse mudado. As mulheres trabalhadoras e profissionais como os homens estão no espaço público, mas responsáveis exclusivas no mundo privado.
28. Nenhuma política pública, por mais eficaz que seja, promoverá a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres sem que na vida privada restitua-se essa mesma igualdade.
29. O grande desafio de reivindicação da sociedade que se coloca para o próximo século é o fim do "faz-de-conta" como diz a Dra. Rosiska, ex-presidenta do CNDM.
30. O século XIX fez-de-conta que as mulheres não existiam para a vida pública. O século XX fez-de-conta que a vida privada não existia para as mulheres que investiam no espaço público. Cabe ao século XXI desenhar uma sociedade em que a realidade se imponha.

*Cândida Celeste da Silva e Juvelina Goma Imperial
Ministra da Família e Promoção da Mulher - Angola*

A República de Angola é signatária de vários instrumentos periódicos institucionais relativos à questão de Gênero. A adesão a estes instrumentos obriga as autoridades Angolanas a cumprir ou tentar cumprir os seus conteúdos de maneira equitativa para os sexos.

Apesar da adesão a estes instrumentos legais e de existência de uma legislação discriminatória para os sexos, o país não possui mecanismos práticos e de fácil controle que permitam detectar, controlar e prevenir atos de discriminação para os sexos, que ocorre numa sociedade com forte estrutura patriarcal, como é a sociedade angolana.

Gênero

Gênero é identificado pelas regras de conduta, papéis e pelas responsabilidades atribuídas às pessoas como ser masculino e como ser feminino na sociedade.

Os papéis, comportamentos e atitudes são adquiridos e aprofundados no processo de socialização, e portanto sujeitas a mudanças.

Na maior parte das sociedades existem diferenças e desigualdades entre homens e mulheres em atividades empreendidas no acesso e controle dos recursos bem como nas oportunidades de tomada de decisões. O gênero constitui parte do contexto sócio-cultural mais amplo.

As relações de gênero são relações sociais e não de homens e mulheres, sejam elas de interdependência, institucionais, complementaridade, cooperação, competição, diferenças e desigualdades.

Elas manifestam-se na forma como os dois (homens e mulheres) lidam com o poder, acesso e controle dos recursos, e como se distribuem e as responsabilidades dentro e fora do país.

Estas relações são específicas de contraste, porque identificam-se de acordo com as circunstâncias de vida, de tempo, do país, cultura, situação econômica, etc.

Universalmente acontece que as mulheres são menos privilegiadas porque no mundo não há equidade nas oportunidades de acesso e controle de recursos, nem de sua vida sexual e reprodutiva, aspecto reconhecido como um direito e prioridade na conferência sobre população e desenvolvimento no Cairo (1994) e retificada na Conferência sobre populações e desenvolvimento em Copenhague (1995).

À semelhança de muitos países, em Angola as relações de gênero são características pela desigualdade da mulher em relação ao homem. Estas relações têm a ver com as diferenças na educação e particularidades de formação, promoção diminuta nos órgãos de decisão, costumes tradicionais e aspectos gerais.

Esta discriminação faz com que seja mais difícil para as mulheres atribuírem o seu potencial em termos de sustento e para exercer o controle de suas próprias vidas.

O analfabetismo é superior. 75% das mulheres sendo analfabetas, contra 24% dos homens.

A participação dos homens e das mulheres no ensino primário é quase idêntica (41,8% e 39,3%, respectivamente), enquanto que para o ensino secundário os homens estão em desvantagem, representando praticamente o dobro.

O predomínio dos homens nos setores formais de economia demonstra uma cultura patriarcal dominante – o efeito desta cultura é demonstrado na preponderância das mulheres nas posições médias e baixa nos órgãos de decisão enquanto os homens estão representados no topo.

Angola iniciou desde 1997 um trabalho efetivo de sensibilização da sociedade, tendo em conta o modelo de desenvolvimento do país, bem como o de integração no processo de globalização. Neste contexto o MINFAMU, através do seu projeto, integrou as questões de governo e promoção da mulher. O fato refletiu numa série de atividades de formação, sensibilização e mobilização a estes aspectos da sociedade, como seja:

- Formação dos pontos focais do Ministério de Família, nas Instituições Ministeriais;
- Formação das ONGs, associações civis e religiosas;
- Formação de comunicações sociais (rádio, televisão, jornais privados e estatais);
- Ação de sensibilização dos ministérios parlamentares e assessores setores do governo de Angola;
- Formação e ações de sensibilização a várias províncias do país.
- Debates, workshops, nas escolas, bairros, comunidades, ...

Todas estas ações procuram o consenso e o entendimento dos vários estados da sociedade angolana, para a integração das questões de gênero na concepção e elaboração de políticas e setores de vida econômica e social do país; visando seu desenvolvimento equilibrado.

Todo este esforço conjunto está a ressaltar um aspecto positivo já que hoje assiste-se ao grande interesse e preocupação da sociedade civil e do governo no aprofundamento deste tipo de questão.

Angola, à semelhança de outros países da CPLP, enfrenta dificuldades em relação ao desequilíbrio e falta de equidade no gênero.

Agora, o desafio será criar uma estrutura dentro da CPLP, capaz de conduzir, aconselhar e acompanhar a integração de questão de gênero nas políticas dos países, uma forma de buscar a ligação comum entre os nossos países, buscar o desenvolvimento equilibrado dos países, onde homens e mulheres tivessem as mesmas oportunidades no acesso e controle dos recursos.

Paz, Desenvolvimento e Gênero

*Maria Auxiliadora Figueiredo
Representante do Brasil - CPLP
Maria de Fátima*

Vice-Presidente do Grupo Operativo para o Avanço da Mulher

Quero antes aproveitar esta oportunidade para agradecer o convite que a Fundação Cultural Palmares nos endereçou, para participarmos deste encontro das mulheres da CPLP, sobre o tema Gênero, Cultura, Desenvolvimento e Poder. Agradecemos de igual modo todas as diligências feitas no sentido de facilitar a nossa presença neste encontro.

Trazemos para este 1º Encontro das Mulheres da CPLP, as saudações fraternas das mulheres que em Moçambique vivem e trabalham para que, tanto no país como no mundo, a situação da mulher se modifique, de forma que se alcance o nível de participação social, política, econômica e cultural mais adequada.

A nossa contribuição para o tema proposto para o debate será modesto, por várias razões, dentre as quais as dificuldades de comunicação com a organização, derivando daí alguma dificuldade adicional na organização da informação relevante à nossa luta e ao propósito de partilha das experiências que trazemos.

Paz, Desenvolvimento e Gênero, é o nosso tema de debate.

Nós não podemos falar de Paz como mulheres, sem fazermos alusão à guerra. São conceitos que nos aparecem ligados. Tivemos a guerra da ocupação do nosso território. Resistimos; e tivemos a Independência. E veio a guerra de desestabilização, que muito recentemente terminou mediante a assinatura do acordo geral de paz.

- As guerras, como todos sabemos têm conseqüências nefastas. Pelo sofrimento que nos impuseram, conhecemos o valor da Paz.
- As guerras, destruíram-nos, porque morremos; porque ficamos viúvas, órfãs, porque ficamos chefes de família, economicamente débeis, porque sem escola e sem educação. Sem segurança porque o tecido social que nos amparava ficou destruído. Perdemos o cordão e o cinto de segurança que os mais velhos no clã familiar significam, sobretudo para a mulher nas comunidades rurais.

- Perdemos as hipóteses de casamento para as nossas filhas porque os jovens rapazes, os homens, ou desapareceram comidos pela guerra, ou emigraram para os países vizinhos. Criou-se o medo da guerra, e incorporação no serviço militar, regular ou forçado, de qualquer das partes em conflito. Nós mulheres, quantas vezes tivemos de viver deslocadas, refugiadas noutras regiões dentro e fora do país. Deixamos de produzir e vivemos anos sem esperança, acantonadas, e à mercê de donativos para nos alimentar: perdemos a casa e seus haveres. Perdemos a machamba e os instrumentos de trabalho. Perdemos o marido, o país, os filhos, perdemos a nossa segurança alimentar e social mais próxima.

A guerra reduziu-nos a nada: ficamos vulneráveis em todos os aspectos – no aspecto emocional, no aspecto da saúde física e conseqüentemente na capacidade de produzir, ficamos pobres. Se já o éramos, ficamos miseráveis.

Por isso ao falarmos de paz, não podemos esquecer a guerra. Mas a paz não é apenas a ausência da guerra. A paz é muito mais do que isso.

- Paz é não ter medo de viver onde quer que seja, no país.
- Paz é poder estabelecer-se e ter oportunidade de crescer, ser educada, ter escola e acesso à informação, à saúde, à cultura, a participar da vida comunitária, a tomar decisões sobre si, sua família e seu país.
- Paz é ter a liberdade de fazer escolhas e ter a garantia de que os Direitos Humanos estão assegurados por lei.

É possuir uma dignidade própria com auto-estima e respeito pelos outros. Este conjunto de enunciados constitui a base fundamental sobre a qual o esforço do governo se organiza para que haja no País e na nossa região e mesmo no mundo a Paz. Porque a paz traz as condições básicas para a organização social, para a criação dos serviços básicos e seu desenvolvimento com vistas à satisfação das necessidades básicas:

- A nossa prioridade de base neste momento é a luta contra a pobreza absoluta.

Para vencermos esta batalha, os nossos esforços unem-se aos dos homens para fazermos uma frente comum.

Foi preciso criar mecanismos institucionais de coordenação de Ação Social no âmbito de governo.

Primeiro uma direção nacional sediada no Ministério da Saúde em 1975. Ela cresceu, dando origem a Secretaria de Estado para a Ação social.

Em 1994, transforma-se dando lugar ao Ministério de Coordenação e hoje Ministério da Mulher e coordenação para Ação social. É aqui onde as questões de Gênero e da mulher estão referenciadas, conforme as recomendações de Beijing 1995 – 4ª conferência Mundial.

- Em 1997 o Governo criou o grupo operativo para o Avanço da Mulher, através de um diploma Ministerial. Este grupo é uma rede de pontos focais do gênero em instituições do Governo e da Sociedade civil. Cada ministério relevante para a área da mulher e a sociedade civil é representado pelo Fórum Mulher das Associações femininas, assim como de Investigação. Nomearam duas pessoas – dois pontos focais para participarem e assessorar a integração, gênero nas suas várias instituições. Une o grupo, o Ministério para a área da mulher.

Não temos ainda uma política nacional de gênero. Mas aprovamos ainda uma política nacional para a Ação Social (1998). E enquanto isso, o governo assegura a materialização dos seus compromissos, para esta área da mulher, através do plano quinquenal e no Plano de Ação Pós-Beijing.

- A estratégia de luta contra a pobreza implica entre outras:
- apoio às famílias e às mulheres através de programas concretos de trabalhos para ganhar a paz e melhorar o rendimento.
- A reforma agrária e as políticas de posse de terra à mulher, associadas à reforma legal e serviços técnicos de extensão.
- A divulgação da lei da terra e o apoio às famílias e mulheres na legalização de seus "pedaços".
- Acesso ao emprego remunerado e as políticas de proteção e apoio legal, inclui mecanismos de acesso ao crédito.
- Desenvolvimento de políticas de gênero nos diferentes setores, como forma de assegurar o estatuto da mulher e encorajar sua participação nos diferentes setores da vida nacional.
- A formação profissional, a educação de base e a alfabetização, como medidas de apoio à educação das mulheres, e promoção do ensino básico, particularmente; desenvolvimento de políticas afins.

- Desenvolvimento de tecnologias de apoio (moageiras, fogões melhorados, o acesso a água potável).

A lei do trabalho protege a maternidade para a mulher (6 meses com redução de 1 hora de trabalho por dia e 2 meses de licença de parto).

- Dentro dos sindicatos há o comitê da mulher trabalhadora; para zelar pelos direitos específicos da mulher (demissão, discriminação e as carreiras profissionais).
- Encorajamento de associações femininas em projeto de desenvolvimento de pequenos negócios (corte e costura, criação de animais, agricultura, etc.).
- A promoção de acesso à saúde e à informação nesta área.
- apoio à juventude através da formação vocacional em várias áreas para a criação de pontos de trabalho – auto emprego. Centros de informática com cotas para mulheres.

Tereza Chaves

Representante do Conselho da Assistência Timorense

Quero, em primeiro lugar agradecer em nome da delegação do Timor o convite que nos foi formulado pela Fundação Palmares e também dar-lhe os parabéns pela realização deste tão importante evento. Sobre a temática "Paz, Desenvolvimento e Gênero", nossa contribuição é extremamente modesta, já que não houve tempo para uma melhor preparação da mesma.

No entanto tenho a referir que o Timor sofreu horrores da ocupação indonésia e a conquista de sua liberdade foi à custa de muito sofrimento. Mas, apesar de ter conseguido a sua libertação, não atingiu ainda um clima de paz efetivo.

A paz que se assiste atualmente no nosso país é ainda bastante frágil, uma vez que de momento para outro podem surgir novos conflitos como consequência de uma situação pós-guerra, em que persistem ainda sentimento de revolta e ressentimentos. Estes poderão ser combatidos através de uma política de tolerância e de reconciliação entre todos os irmãos Timorenses desavindos.

Daí o insistente apelo do nosso líder Xanana Gusmão na reconciliação nacional, que possa obrigatoriamente por um entendimento entre as várias sensibilidades, de forma a garantir as condições necessárias no estabelecimento de um regime democrático.

Estamos conscientes que para a estabilidade política, social e econômica, é necessário a implementação de uma política de boa vizinhança com os países da área, nomeadamente com a República da Indonésia.

Neste momento Timor-Leste atravessa uma fase de supra importância, que se prende com a reconstrução de uma Pátria e de uma Nação Soberana.

A situação a que se assistiu ao pós-guerra é caracterizada luta e determinação de quase a totalidade do território, e não só em termos materiais como também em termos humanos. Assim, para superar estas dificuldades, consideramos como prioridades:

- Garantia da satisfação das necessidades básicas da população, nomeadamente no que está relacionado à fome, ao esforço de assistência médica e de medicamentos para a resolução de problemas de habitação.

Paralelamente a isso, é necessário tomar medidas concretas que permitam o arranjo e o desenvolvimento de uma economia sustentada.

Nessa medida, apelamos para que o apoio prometido seja disponibilizado com a maior unidade de forma a permitir a viabilização dos planos de reconstrução.

Estamos conscientes de que o desenvolvimento do nosso país passa, necessariamente, pelo investimento nos nossos recursos humanos. Por isso, o Conselho Nacional de Resistência Timorense tem como uma das prioridades da sua política a área da educação. A este propósito importa referir que está em curso um plano de ação que visa a formação de vários setores da população (jovens e adultos) e que passa pela promoção da língua portuguesa (adaptada como língua oficial), a reciclagem de professores, a introdução de cursos profissionais para a inserção de muitos daqueles que durante os 24 anos de luta se sacrificaram em prol da luta pela independência.

Relativamente à questão do Gênero, acreditamos que, com esta política de investimento na Educação, a mulher Timorense mais cabalmente desenvolver todo o seu potencial, de modo a garantir a sua participação plena e igual na construção do seu país, valorizando cada vez mais o seu papel no processo de desenvolvimento.

Para finalizar, queremos manifestar o nosso profundo reconhecimento pelo apoio prestado desde o início de nossa luta pelos países que integram a CPLP. Esperamos que num futuro próximo, Timor venha fazer parte de CPLP como membro efetivo.

Marília Pastuk
UNESCO - Brasil

Bom dia, companheiras da mesa – representantes das diversas delegações de países irmãos – demais companheiras e companheiros aqui presentes.

Antes de mais nada gostaria de agradecer a oportunidade da UNESCO estar participando desse evento, bem como de cumprimentar os organizadores do mesmo, sobretudo a Fundação Palmares, representada pela nossa guerreira Dulce e sua equipe, pelos esforços em realizar essa I Conferência de Países de Língua Portuguesa, sobre essa temática em específico, cujo processo tivemos o privilégio de acompanhar, desde a reunião preparatória.

Avaliamos como da mais alta pertinência o objetivo da Conferência de ajudar na formação de uma rede, reunindo o movimento de mulheres dos nossos países em torno de propostas comuns, em que acredito possa vir a configurar-se como uma verdadeira rede de solidariedade, destacando muito mais nossas semelhanças do que nossas diferenças... De fato, quando estamos tratando de questões de gênero, estamos tratando de problemas que nos são muito parecidos, eu diria que nos são até familiares, que enfrentamos com maior frequência ou menor intensidade em nossos países, os quais, em geral, têm a ver com uma matriz em comum.

Essa matriz, dentre outros aspectos, está diretamente relacionada com a violência nas relações interpessoais estabelecidas entre homens e mulheres, associada às desigualdades de gênero, as quais se percebe nos mais mínimos detalhes: desde a dificuldade de acesso por parte das mulheres, sobretudo das mais pobres e negras a cargos de projeção e poder; até a violência física, psíquica e sexual, que estas estão sujeitas no ambiente doméstico, e, neste caso, as estatísticas que o Brasil apresenta são bastante preocupantes, como Elza ontem nos relatou.

O que fazer diante deste quadro? Como pensar na paz, no desenvolvimento, na igualdade entre os gêneros, num contexto tão adverso?

De nossa parte, acreditamos que além de unirmo-nos e, organizarmos-nos, devemos participar da formulação e consolidação de políticas públicas eficientes e eficazes que venham ao encontro das necessidades, como por exemplo, àquelas que associam a problemática da violência sexual e doméstica à situação de saúde da mulher vitimizada. Devemos, igualmente, acompanhar e fiscalizar estas políticas e seu impacto, no sentido de minimizar desigualdades de gênero assinaladas. Acreditamos, também, na necessidade de formularmos e apoiarmos políticas intersetoriais e interdisciplinares, que permitam uma abordagem integrada dos problemas diagnosticados. Assim se dá com a questão da saúde.

Como exemplo concreto de atuação da UNESCO neste sentido, eu posso citar a cooperação estabelecida entre esta organização e o MS, através da Coordenação Nacional de DST/AIDS, onde apoiamos a realização de intervenções práticas de prevenção e assistência à saúde da mulher, buscando quebrar estereótipos e preconceitos internalizados, como aqueles relacionados com as profissionais do sexo.

A UNESCO, no Brasil e aqui na Bahia, também tem assessorado, apoiado atividades e projetos do mundo acadêmico e de organizações da sociedade civil que tenham a ver com enfrentamento de desigualdades de gênero, herdados de uma política e uma cultura de tempos coloniais.

Em algumas situações, eu particularmente acredito na necessidade de apoiarmos propostas de discriminação positiva na hora da distribuição de recursos escassos para a realização de políticas sociais básicas, voltadas para mulheres em situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social, o que não é difícil identificar quando fazemos um recorte de nosso universo considerando classe social, raça e etnia, além de um maior ou menor acesso à educação escolarizada. As negras e pobres sempre estão em pior situação.

Além do apoio a políticas públicas onde a abordagem destas questões é privilegiada, a UNESCO tem promovido, apoiado a realização de estudos e pesquisas que diagnosticam a situação da mulher na sociedade brasileira visando subsidiar a formulação dessas mesmas políticas.

Dentre essas, eu citaria uma mais recente que resultou na publicação: "Engendrando um Novo Feminismo, Mulheres líderes de Base", que busca dar visibilidade à atuação de mulheres que estão em

situação de poder, como dirigentes de organizações sociais. Ou seja, mulheres que estão auto-empoderando-se (Self-empowerment), ao invés de serem empoderadas.

Mulheres essas que, ainda que não se reconheçam como feministas, estão se comportando com se assim o fossem, inaugurando uma nova forma de relacionar-se com o poder. Desconstruindo e construindo histórias, conceitos e preconceitos. Realizando conquistas. Algumas dessas mulheres que, com prazer identifiquei nessa conferência, foram sujeitos de nossos estudos, conversaram conosco, nos fizeram aprender e estão aqui nesta plenária.

O livro que destaquei busca resgatar a trajetória destas mulheres e das identidades que coordenam, identificar seus avanços, apontar para os desafios que enfrentam, enquanto dirigentes de organizações sociais, num país onde a cultura é machista e hegemônica. Nas suas conclusões são observados obstáculos culturais que têm dificultado a atuação profissional as quais, se me permitirem, gostaria destacar por acreditar que sejam comuns aos nossos países...

Com esse trabalho acreditamos, na UNESCO. Acreditamos que estamos contribuindo para uma mudança necessária nesse "estado de coisas" que passa, dentre outros procedimentos, pela adoção de uma nova cultura, uma contra-cultura da violência, ou melhor dizendo, uma Cultura de Paz, que implica no respeito ao nosso direito e no direito das nossas companheiras de contar com uma existência digna e feliz.

Muito Obrigada.

Leonilda Aimé

Assessora do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Guiné-Bissau

Nos nossos dias, apontam-se como maiores desafios as questões da erradicação do conflito e da pobreza.

Com efeito, é nos países onde a pobreza é uma realidade constante para a maioria da população, onde o índice do desenvolvimento humano é extremamente baixo, onde a tolerância é por isso ignorada e onde os interesses econômicos primam sobre tudo e todos; é nesses países que facilmente se desencadeia a guerra.

Os países da CPLP, na sua maioria, experimentaram e experimentam a guerra. Por isso, sabe-se mais do que ninguém que em tais situações a preocupação volta-se para a sobrevivência; nenhum plano de desenvolvimento pode ser válido enquanto as principais vítimas são as mulheres na qualidade de irmãs, mãe e esposas.

No que se refere particularmente ao caso da Guiné-Bissau, devemos dizer que o conflito armado que durou 11 meses tinha sido previsto como cenário possível nos Estudos Nacionais Prospectivos a longo prazo 1994-1995 realizado pelo Instituto Nacional de estudos e Pesquisas e pelo PNUD.

Este cenário se caracterizaria em caso de a promoção do desenvolvimento e a luta contra a pobreza continua sem a ser adiadas em favor de uma má governação e de baixa de indicadores sociais.

Esse mesmo estudo indicava que a erradicação da pobreza passa necessariamente pela valorização do capital humano, em particular a componente maioritária, a saber a mulher e pela sua plena participação num sistema democrático participativo e estável.

Porque a vontade política não seguiu as recomendações dos estudos, porque as mulheres como primeiras vítimas não souberam, através de suas estruturas organizacionais, criar estratégias suficientemente fortes para num clima então de manutenção de paz diluir a intenção da guerra, veio a acontecer o célebre 7 de junho, cujas conseqüências para a mulher guineense são desastrosas numa magnitude ainda não mensurável.

O que se passou na realidade relativamente a uma possível intervenção da mulher em favor da paz? Constatamos que, não tendo posição nas esferas de decisão, não cabe a mulher decidir sobre a guerra ou a paz mas sofrer as conseqüências desta decisão; não tendo experiência em matéria de negociação para a paz nem sempre está capacitada para tal ou ainda para a prevenção do conflito que é um aspecto importante. A atuação da mulher, na maioria dos conflitos armados tem sido reativa.

A proliferação dos conflitos nos países em via de desenvolvimento, nomeadamente, na África (citação 4.1) tem sido fator de estrangulamento aos esforços de desenvolvimento, porque se desviam recursos e se destrói o pouco que se construiu e contribui para a erosão do tecido social, particularmente a mulher.

Ora, não há desenvolvimento sem paz, não há paz sem desenvolvimento.

A construção do desenvolvimento e da paz não se farão com a marginalização da maioria da população, aquela sobre a qual ainda hoje assenta a reprodução social.

Diversos organismos internacionais têm desempenhado um papel preponderante nas negociações e manutenção da paz.

A CPLP contribuiu de forma decisiva para o retorno da paz na Guiné-Bissau e tem enviado esforços na resolução dos conflitos nos países membros.

Considerando este fato, entendemos que seria de maior eficácia se a CPLP tivesse uma base de apoio em cada um dos países membros, visando, a prevenção de conflitos.

É crucial criar ou reforçar esses mecanismos no seio das organizações de mulheres e jovens reforçando a sua capacidade de percepção de antecipação de conflito, bem como de negociação – A estabilidade e o desenvolvimento ganhariam com a participação efetiva da mulher nas instâncias de decisão.

Reiteramos, por fim, a moção para que a CPLP instaure mecanismo para que a cultura da paz e a tolerância seja pacto dos países membros.

Citação 4.1

O contexto geopolítico é pouco favorável à manutenção da paz.

Os países vizinhos da Guiné-Bissau experimentam, há mais de uma década, guerras e conflitos de diversas ordens: Senegal – caso Casamauce; Serra Leoa; Libéria; a própria Guiné-Bissau.

E, porque a ausência da guerra não significa paz, os outros encontram-se em situação de risco, a saber Guiné – Cossakry, Costa de Marfim, Gâmbia.

*Intervenção de Sua Excelência o Doutor Marcolino Moco,
Secretário Executivo da CPLP, no painel*

**"Os desafios das políticas de gênero nos países da CPLP:
a correlação entre equidade, gênero e modelos de
desenvolvimento"**

Segunda-feira, 31 de Janeiro de 2000

(11 h 15 às 13 h)

*Excelentíssima Senhora Doutora Dulce Maria Pereira, Organizadora deste evento,
Excelentíssimo Senhor Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do
Brasil,*

*Excelentíssima Senhora Doutora Cândida Celeste da Silva, Ministra do Bem Estar Social e da
Família de Angola,*

Excelentíssimas Senhoras Deputadas dos países da CPLP,

*Excelentíssimas Senhoras Chefes das demais Delegações (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e
Príncipe e Timor Loro Sae),*

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Embaixadores dos países da CPLP,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores Representantes dos organismos internacionais,

*Excelentíssimas Senhoras e Senhores Representantes dos Governos do Estado da Bahia e da
Cidade de Salvador,*

Senhoras e Senhores,

É sempre com prazer que visito esta cidade brasileira, que considero uma das mais hospitaleiras do mundo.

Desta vez, contudo, para além da satisfação que sinto em participar do I Encontro de Mulheres da CPLP dirigido para as questões de gênero, cultura, acesso ao poder, participação política e desenvolvimento, traz-me a Salvador, a obrigação que tenho, como Secretário Executivo da CPLP, de "promover a implementação de projetos específicos com vista a reforçar a condição da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades".

Trata-se este, de um dos objetivos constantes da Declaração Constitutiva da CPLP, a respeito do qual os Chefes de Estado e de Governo presentes na Cimeira de Lisboa de 17 de Julho de 1996 manifestaram o seu firme propósito de perseguir. Trata-se de uma orientação, que vejo como um dever agradável, importante, mas sobretudo gratificante, tendo em vista o retorno certo e rentável dos investimentos que se fazem nas mulheres.

Sabem-no, os altos funcionários do Banco Mundial, que passaram a exigir, há algum tempo já, a incorporação de questões de gênero como pré-requisito para a aprovação dos projetos que lhes são submetidos. Ao promover a igualdade dos gêneros, essa instituição de Bretton Woods sabe que estará atuando com vista a uma melhor eficiência na solução de questões como a eliminação da pobreza, a reinserção social e a promoção do desenvolvimento humano em geral.

Uma outra agência das Nações Unidas, a CEA, Comissão Econômica para a África, promoveu, em abril de 1998, em Adis Abeba, uma conferência intitulada "As mulheres Africanas e o Desenvolvimento Econômico: Investindo no nosso Futuro". Como esperado, os resultados da Conferência demonstraram a urgente necessidade de privilegiarem-se as questões de gênero nas políticas, programas e práticas dos diferentes Governos como forma de responder adequadamente aos desafios sociais, políticos e econômicos da África. No entender de Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, expresso na oportunidade, "não mais surpreende a quem quer que seja – inclusivamente aos homens da África – que a igualdade dos gêneros é mais do que uma meta em si mesma. É uma pré-condição para enfrentar as tarefas de reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento autosustentado e construir boa governança". Não é de admirar-se, portanto, que a reunião de Adis Abeba de Novembro do ano passado – a chamada "Beijing + 5" regional africana – tenha contado com um terço de homens entre os seus delegados. Trata-se de uma demonstração do crescente reconhecimento, pelos homens, da importância não apenas das questões de gênero para o desenvolvimento das nossas sociedades, mas também de reuniões como essas, que visam a integração dessas questões nas políticas dos centros de poder.

No âmbito da CPLP, ainda temos algum longo caminho a percorrer até a correta sensibilização dos homens quanto à importância do papel da mulher para o crescimento econômico dos nossos países. Quero crer que o Secretário Executivo da CPLP poderá ajudar nesse sentido e, por isso, aprez-me estar aqui para colocar-me e aos meus funcionários à disposição de Vossas Excelências, para a transmissão dos resultados deste Encontro, aos Governos dos países comunitários, para a sua divulgação junto à imprensa dos nossos países e, sobretudo, para a promoção dos projetos considerados de relevância para a implementação da equidade.

Foi com muito gosto, também, e com a mesma orientação, que promovemos e patrocinamos, no ano passado, em São Tomé e Príncipe, o II Encontro das Mulheres Empresárias e Profissionais da CPLP, do qual resultou a criação da FAME – Federação das Associações de Mulheres Empresárias e Profissionais da CPLP. Na ocasião, o meu representante no evento, o Secretário Executivo Adjunto da CPLP, recordou uma das minhas afirmações mais frequentes, a de que o desenvolvimento dos nossos países passa, necessariamente, pelo fortalecimento do setor privado e que este, por sua vez, depende do crescimento do intercâmbio econômico-comercial intra-comunitário, bem como entre os nossos países e os seus parceiros na comunidade internacional.

É me, assim, imensamente grato informar a Vossas Excelências que as mulheres se encontram na vanguarda neste setor, tendo sido as primeiras a organizarem-se, formalmente, com vista à promoção da cooperação empresarial no âmbito da Comunidade. (Ressalva deve ser feita, porém, à criação da Federação dos Jovens Empresários da CPLP, que antecipou a constituição da FAME, mas que não contou, na oportunidade, com a participação de todos os países membros, como foi o caso da Federação das Mulheres Empresárias).

Consideramos igualmente importante, para a CPLP, o entrosamento cada vez mais estreito com a sociedade civil dos nossos países. O fato de que importantes segmentos da sociedade civil queiram encontrar-se sob os auspícios da CPLP, vem demonstrar a vitalidade da nossa organização. Como devem ter ciência, não são poucos os segmentos da sociedade civil que se tem reunido sob o manto da CPLP. Contudo, nenhum segmento se revela tão expressivo e relevante como o composto pelas mulheres.

Ao abordar questões de gênero e as suas relações com a cultura, acesso ao poder, participação política e desenvolvimento, ademais de tratar de questões que interessam sobremaneira à nossa Comunidade, Vossas Excelências estarão cooperando entre si e, ao mesmo tempo, fornecendo elementos para a concertação política desejada entre os Governos dos nossos países.

Convém recordar, aqui, que a cooperação e a concertação política são dois dos três vetores em que se assenta a CPLP. O terceiro, e mais óbvio, é a promoção da língua, que se encontra na raiz do presente encontro. Não tendo dúvidas de que um dos motivos que as levaram a reunir-se sob o manto da CPLP repousa no fato de falarmos todos a mesma língua, independentemente dos laços afetivos e culturais que nos unem.

Ao mencionar este tema, tenho como objetivo solicitar a Vossas Excelências uma reflexão, no presente encontro, sobre o papel da mulher – e da educação da mulher – com vista à defesa da língua portuguesa nos nossos países, sobretudo naqueles em que a língua oficial comum não é a materna. Trata-se esta, de uma questão importante para a CPLP e que passa, não tenho dúvidas, pela incorporação de questões de gênero em projetos de ordem educacional e de reforço de capacidades.

Com este pedido, queria desejar a Vossas Excelências um bom trabalho e concluir com as palavras de José Saramago, o nosso primeiro Prêmio Nobel de Literatura em língua portuguesa, a respeito da nossa Comunidade:

"(A CPLP) vem na hora certa, também por isso magnífica, quando ganha força a idéia que nessa passagem do século se está jogando o futuro da língua portuguesa e, com dependência desse futuro, o próprio futuro dos povos que hoje a escrevem e falam.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa pode ser, certamente o será, um instrumento de superior eficácia para que alcancemos o objetivo fundamental – uma grande comunidade de culturas que, sem prejuízo das suas diversidades e diferenças, se encontrarão reunidas pela voz comum e por novos caminhos, fraterna". José Saramago / Texto in Jornal de Letras de Lisboa, 14 de Dezembro de 1993